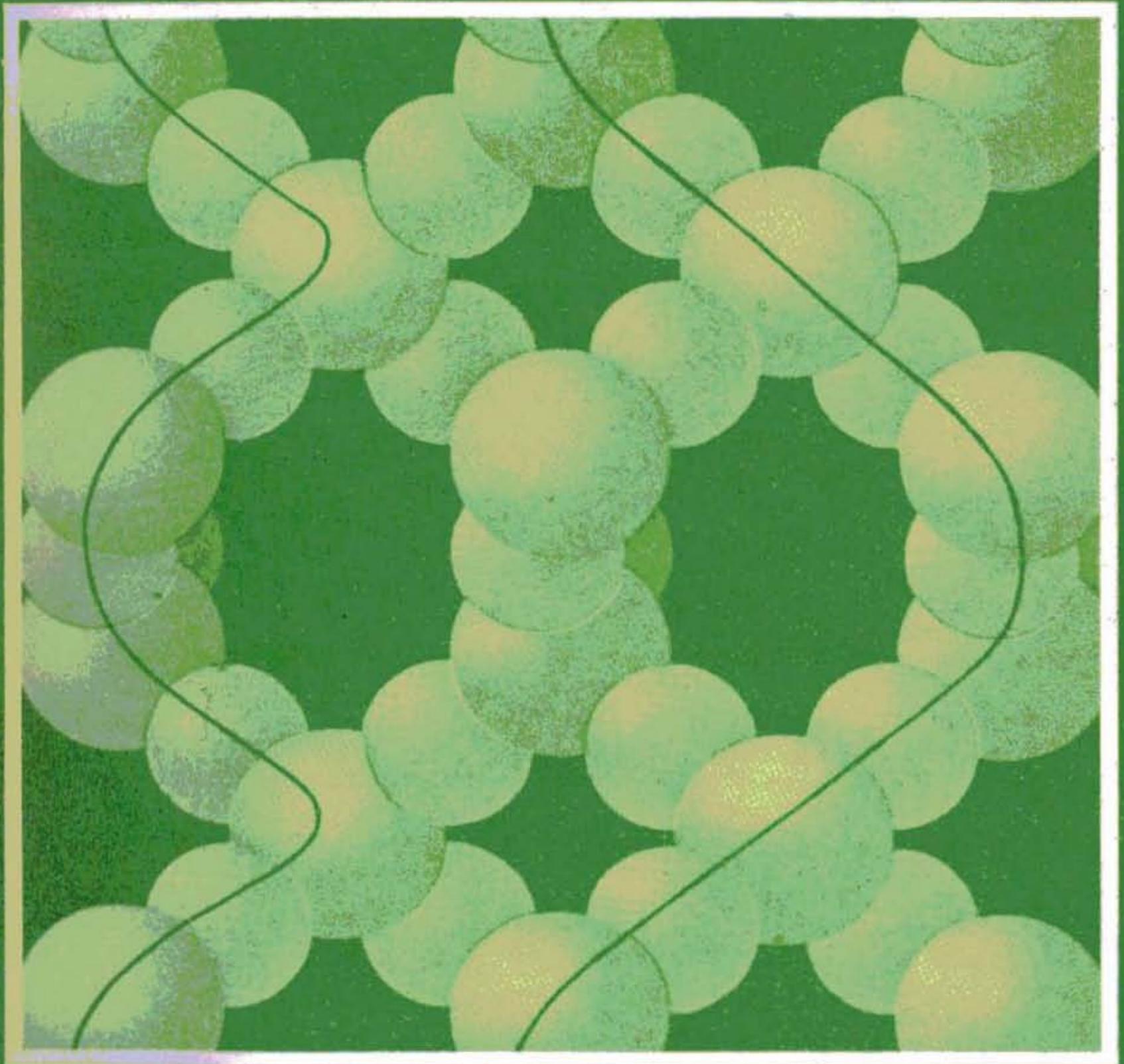


convergência

MAI — 1976 — ANO IX — Nº 92



- **A ORAÇÃO CARISMÁTICA**
Dom Cipriano Chagas, OSB, página 201
- **COMUNIDADES PROFISSIONALIZADAS**
Irmã Helena Maria Bianchi e Ir. Terezinha Heinen, página 211
- **EVOLUÇÃO DA VIDA RELIGIOSA**
Frei J. M. R. Tillard, OP, página 221

CONVERGÊNCIA
revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:
Frei Constâncio Nogara, OFM

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB

Direção, Redação, Administração:
Rua Dom Gerardo, 40 — 6.º andar
(ZC-05) — 20.000 RIO DE JANEIRO
— RJ

Assinaturas para 1976:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea) Cr\$ 110,00
Exterior: marítima US\$ 17,00
aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 11,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25
20.000 Rio de Janeiro — RJ

Impressão: Oficinas Gráficas da
Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís,
100/ 25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Close num processo de desintegração molecular. A força que une os átomos responde pela estrutura e pela organização do mundo das coisas. A coesão e a rigidez dos corpos sólidos são asseguradas pelas forças interatômicas. Se o átomo for radiativo tende a desintegrar-se para, ao longo de seu percurso, radiativar outros átomos em cadeia. Energia e movimento. **CONVERGÊNCIA** quer ser um átomo radiativo. Um convite para sobreviver melhor saindo do imobilismo. Um estímulo para a partida.



SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| EDITORIAL | 193 |
| INFORME DA CRB | 195 |
| DIA MUNDIAL DE ORAÇÃO PELAS VOCAÇÕES , Mensagem de PAULO VI | 197 |
| A ORAÇÃO CARISMÁTICA , Dom Cipriano Chagas, OSB | 201 |
| COMUNIDADES PROFISSIONALIZADAS , Ir. Helena Maria Bianchi e Ir. Terezinha Heinen .. | 211 |
| A EVOLUÇÃO DA VIDA RELIGIOSA , entrevista com o Pe. Jean-Marie Roger Tillard, OP .. | 221 |
| X DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS , Mensagem da Comissão Pontifícia para os Meios de Comunicação Social .. | 233 |
| OS BISPOS RELIGIOSOS DURANTE A ÉPOCA IMPERIAL NO BRASIL , Riolando Azzi .. | 237 |

EDITORIAL

Os doutores e sacerdotes de Jerusalém não souberam como conter a admiração diante do discurso de Pedro, no dia de Pentecostes. Um homem da classe humilde, sem estudos, põe-se, de súbito, a falar com sabedoria, a interpretar a Bíblia, exatamente sobre a chegada do Messias, assunto em que os Doutores se consideravam os maiores mestres. Vêm agora Pedro e os outros Apóstolos e dizem que o Messias chegou, que é Jesus de Nazaré, e se alguém quiser chegar à salvação deve crer Nele. Era demais. Só podiam estar bêbados! Quem acreditaria em tamanhos disparates? E para surpresa de todos mais de três mil se fizeram batizar. O que se passara? Algo impossível aos olhos

humanos, mas simples aos olhos de Deus. "O Espírito do Senhor havia se derramado sobre os seus filhos". O mesmo Espírito que, anos mais tarde, tomará de surpresa a Saulo, no caminho de Damasco. Normalmente somos levados a interpretar as intervenções do Espírito do Senhor na vida do homem, como algo de extraordinário. Isto talvez demonstre nossa fé um tanto diminuta. Certa tendência em atribuir a Deus somente os fatos "extraordinários" e não cremos que ele dirige todos os passos da vida humana, grandes e pequenos. As conquistas da tecnologia nos fizeram auto-suficientes. O pernicioso de não percebermos a cotidiana atuação do Senhor nos pequenos fatos obnubila a inteligência

para captar sua presença nos grandes eventos. O Espírito que atuou em Pentecostes o vemos atuando nas comunidades de Corinto (1 Cor 13, 14).

E não se retirou da Igreja. Talvez nem sempre tenha encontrado as condições propícias. A vida dos fundadores de movimentos de renovação religiosa são exemplos típicos de pessoas que se deixaram conduzir por Ele.

Para citar um exemplo atual, aí está o Papa João XXIII como lídima expressão da liberdade com que o Espírito Santo atua. Por onde ninguém esperava, veio o mais extraordinário sopro do Senhor, com as conseqüências que hoje estamos vivendo.

Neste número de **CONVERGÊNCIA** o leitor encontrará vários trabalhos de muito interesse.

Dom Cipriano Chagas, OSB, apresenta, de modo claro e objetivo, o que seja Pentecostalismo Católico. Diante das diversas posições, por vezes contraditórias, este trabalho pode trazer uma excelente luz. O Espírito Santo continua a distribuir seus dons, hoje como outrora, sobre todos os fiéis, e daí a palavra do Concílio face aos carismas: "nasce em favor de cada um dos fiéis o direito e o dever de exercê-los para o bem dos homens e a edificação da Igreja", A.A., 3.

Irmã Helena Maria Bianchi e Irmã Terezinha Heinen, analisam aspectos da vida de religiosas profissionalizadas, vivendo em comunidades. Não serão maneiras modernas de o Espírito falar? Que tipo de vida religiosa que Ele suscita hoje? Estaremos conseguindo ler sua presença através dos sinais?

J. M. R. Tillard, teólogo internacionalmente conhecido, dá uma entrevista sobre a evolução da vida religiosa. Quais os caminhos e descaminhos? Quais as esperanças e impasses? Enfim, quem pode ser hoje religioso? "Somente homens e mulheres convictos de sua fé, de forte personalidade cristã, impulsionados verdadeiramente pelo evangelho, pensarão neste tipo de vida". As preocupações mais fundamentais sobre o tema estão aí abordados, com clareza, honestidade e competência.

R. Azzi evoca a figura de seis bispos religiosos que se destacaram, pelo seu zelo, na época imperial.

Esperamos que também este número da sua Revista possa trazer um pouco mais de luz e ânimo para a vida evangélica que nos esforçamos por viver.

Frei Constâncio Nogara, OFM

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CETESP

O CENTRO TEOLÓGICO DE ESTUDOS E ESPIRITUALIDADE PARA A VIDA RELIGIOSA da Conferência dos Religiosos do Brasil (CETESP/CRB) abriu seu segundo curso, o CETESP-2, dia 12 de março de 1976, com 51 alunos, selecionados entre 78 candidatos. Os participantes representam 40 Congregações e Ordens diferentes, das quais 19 tinham alunos no CETESP-1 e 21 estão participando pela primeira vez.

Há 28 irmãs, 2 irmãos e 11 padres. Estes religiosos ocupam os seguintes cargos nas suas respectivas congregações:

| | |
|--------------------------------|----|
| Superiora Geral | 1 |
| Superiores Maiores | 7 |
| Conselheiros Provinciais | 7 |
| Formadores | 25 |
| Superiores Locais | 11 |

São provenientes de 14 Estados do Brasil, a saber:

| | |
|----------------------|---|
| Amazonas | 2 |
| Bahia | 1 |
| Ceará | 1 |
| Espírito Santo | 1 |
| Goiás | 1 |
| Maranhão | 1 |
| Minas Gerais | 9 |
| Pará | 4 |

| | |
|-------------------------|---|
| Paralíba | 1 |
| Paraná | 4 |
| Rio de Janeiro | 8 |
| Rio Grande do Sul | 6 |
| Santa Catarina | 6 |
| São Paulo | 6 |

O CENTRO tem como **objetivo geral** proporcionar um curso de aprofundamento do significado da vida religiosa hoje, no Brasil, no seu aspecto teológico, espiritual, vivencial. **Especificamente** o CETESP se propõe a ajudar os religiosos e as religiosas, a se prepararem para serem melhores animadores na renovação espiritual em suas comunidades, províncias e regiões.

Como se conclui, os passos a serem dados nestes três meses e meio de estudos e convivência precisam ser interrelacionados. A **revisão teológica** abrange a experiência de Deus hoje e a Fé como fonte de teologia, o pecado, a consciência cristã, a penitência e a reconciliação, a cristologia, o sacerdócio, a salvação, a eclesiologia, o Espírito Santo, a Graça, os sacramentos.

A **espiritualidade** será vista em seus conceitos gerais, a identidade espiritual e o compromisso, a carisma dos fundadores, a teologia da vida religiosa e uma leitura crítica e comparativa dos documentos eclesiais relativos à vida

religiosa. Haverá uma série de **seminários informativos e práticos** sobre a oração, a realidade brasileira, a Igreja no Brasil, a mulher na Igreja, a direção espiritual, a história da vida religiosa, o relacionamento homem-mulher na vida religiosa, temas bíblicos, a psicologia aplicada à vida religiosa, a dinâmica do crescimento comunitário, o discernimento, a formação e a liderança religiosa.

Os participantes terão oportunidade de um aprofundamento pessoal por meio da direção espiritual, grupos de oração e de interesse. Farão um trabalho de pesquisa sobre o carisma do

respectivo fundador. O CETESP-2 se encerrará com um retiro, com direção individual para os participantes e de oito dias de duração.

Para ajudar os participantes no seu caminhar há um corpo de assessoria de 35 professores membros de 13 Congregações religiosas, do clero diocesano e do laicato, 20 diretores espirituais e 10 diretores de retiro. A responsabilidade do CENTRO cabe à Diretoria Nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil. Sua direção imediata cabe ao Frei Constâncio Nogara, OFM, como Diretor e ao Pe. Jaime Sullivan, OMI, como Vice-Diretor.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA OS RELIGIOSOS FALA DO CURSO CRB/IBRADES

Em 1975, de 16 a 26 de setembro, a Conferência dos Religiosos do Brasil realizou em Petrópolis, RJ, o II Curso CRB/IBRADES. Neste ano de 1976 a data do CRB/IBRADES será de 14 a 24 de setembro. A respeito desta promoção, a Conferência recebeu a seguinte correspondência do Secretário da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares:

“Reverendo Padre Marcello:

Recebemos a rica documentação referente ao II Curso intensivo do IBRADES promovido pela Conferência dos Religiosos do Brasil.

Com prazer acentuamos a organizada programação, desenvolvida com amor e interesse, seguida com viva atenção e desejo de conhecer sempre mais a realidade brasileira para uma ação pastoral eficaz.

Agradecemos muito cordialmente e fazemos os melhores votos para que o objetivo do Curso seja atingido plenamente.

Por isso desejamos também que os religiosos e as religiosas, conscientes de sua grande responsabilidade, sintam antes de tudo a necessidade da própria santificação, indispensável para comunicar a mensagem da salvação, para evangelizar em qualquer ambiente a todas as pessoas.

Com protestos de estima e religiosos obséquios, despeço-me com um até breve.

Em Cristo,

† Agostinho Mayer
Secretário”.

**Dia 9 de maio, quarto domingo depois da Páscoa,
neste ano de 1976, é o
XIII Dia Mundial de Oração pelas Vocações.
A mensagem de Paulo VI,
que Você vai ler, precisa receber
a maior divulgação por todos os meios de comunicação,
rádio, jornal e televisão, em âmbito nacional,
diocesano, paroquial, local. A mensagem focaliza
novamente o tema da Evangelização.**

DIA MUNDIAL DE ORAÇÃO PELAS VOCAÇÕES

A todos os Irmãos e Filhos da Igreja Católica:

Uma vez mais, neste Domingo destinado à celebração do **Dia Mundial de Oração pelas Vocações**, sentimos a necessidade de Nos dirigir a vós, com espírito de afetuosa e confiante comunhão, não apenas para associar-Nos às vossas implorações que hoje se elevam ao Senhor, mas também para vos participar as intenções e os pensamentos que Nos vão no coração.

Queremos falar-vos, efetivamente, em nome de uma causa que é essencial e, por conseguinte, permanente e decisiva para a vida da Igreja; e falar-vos-emos retomando entre mãos o texto da Exortação Apostólica **Evangelii Nuntiandi** que, ao culminar do Ano Santo, Nós vos dirigimos, naquele clima de religioso despertar, suscitado pelo evento do Jubileu; e falar-vos-emos, ainda, sob a impressão sempre refrescante e salutar das próprias palavras da leitura hodierna do Evangelho.

“Tenho ainda outras ovelhas... A essas também eu tenho de conduzir, e elas ouvirão a minha voz” (Jo 10, 16). E como ouvirão elas — podemos perguntar-nos com São Paulo — se não houver quem lhes fale, se falta quem pregue e evangelize (cfr. Rom 10, 14-15)? Oh, sim, a voz de Jesus, Verbo de Deus, Palavra viva do

Pai, permanece sempre presente; e, no entanto, também é necessário — e nisto está um aspecto singular do mistério da Igreja — que haja homens e mulheres que retomem e repitam essa voz, que a transmitam e a difundam, procurando fazer com que ela ressoe no decorrer de cada geração e em todas as partes do mundo. Como que para ilustrar icasticamente o entrelaçamento entre vocação e evangelização, Jesus apresentou-nos em si próprio um incomparável exemplo, ao fazer ouvir, durante todo o espaço de tempo da sua vida pública, a sua voz entre os seus e na sua pátria: “la de cidade em cidade e de aldeia em aldeia, a pregar a Boa-Nova do reino de Deus” (Lc 8, 1). Ele foi, portanto, o primeiro e o maior dos evangelizadores (cfr. a Exortação Apostólica citada, n. 7).

Depois, quando deixou este mundo, Jesus quis que a sua palavra e o seu Evangelho permanecessem sempre conosco: “Passarão o céu e a terra, mas as minhas palavras não hão-de passar” (Mt 24, 35) Ele quis que a sua voz continuasse a ser ouvida pela humanidade: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura” (Mc 16, 15). E para que isto pudesse verificar-se, congregou o novo Povo de Deus, que foi “estabelecido pelo mesmo Cristo para servir de instrumento da redenção para todos e é enviado a toda a humanidade, qual luz do mundo e sal da terra” (**Lumen Gentium**, n. 9). Assim, toda a Igreja é missionária e a obra da evangelização é um dever fundamental de todo o Povo de Deus” (**Ad Gentes**, n. 35).

Sendo assim, agora cabe-nos a nós, toca à nossa geração de crentes ouvir a voz do Senhor e fazer com que ela seja ouvida; acolher a sua palavra e transmiti-la; vivê-la e testemunhá-la; ser evangelizados e evangelizar. E isto constitui um compromisso unitário, cujas componentes são inseparáveis, como atos complementares de uma única e mesma missão.

Agora, Irmãos e Filhos, detenhamo-nos a refletir juntos. Sabeis bem que existe na Igreja esta unidade de missão assim; mas são diversas as funções, os ministérios e os serviços que ela comporta. Conseqüentemente, existe nela variedade de vocações. “Ora há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; há diversidade de operações, mas é o mesmo Deus que opera tudo em todos. A cada qual, pois, é dada a manifestação do Espírito para que redunde em vantagem comum” (1 Cor 12, 4-7).

Nesta variedade de chamamentos distingue-se, antes de mais nada e de maneira inconfundível, porque inserida no próprio âmago da prodigiosa e perene aventura da evangelização, a missão do sacerdote. Ser sacerdote. “Em virtude do sacramento da Ordem,

os sacerdotes ficam consagrados para pregar o Evangelho; e tornados participantes da função de Cristo, único Mediador, anunciam a todos a palavra de Deus; e aplicam-se esforçadamente na pregação e no ensino, acreditando naquilo que leram e meditaram na lei do Senhor, e ensinando aquilo que acreditam, ao mesmo tempo que vivem o que ensinam” (**Lumen Gentium**, n. 28). Próvidos cooperadores da ordem episcopal, os sacerdotes devem também santificar e orientar os irmãos na fé, depois de a terem anunciado.

Nessa variedade de chamamentos ocupam um lugar distinto também os diáconos. Ser diácono. É “para servir o Povo de Deus, em comunhão com os bispos e com os sacerdotes” que os diáconos são consagrados; e servem-no, particularmente, com o ministério da palavra de Deus, ensinando, exortando e evangelizando, enquanto “procedem de harmonia com a verdade do Senhor” (**Lumen Gentium**, n. 29)

Na mesma variedade de chamamentos, ainda, têm um lugar privilegiado as pessoas consagradas mediante os votos religiosos. Ser pessoa consagrada. Isto quer dizer oferecer a própria vida para o serviço do Evangelho, “muitas vezes nos postos de vanguarda da missão”, e tornar crível o Evangelho mediante multiformes obras da caridade e mediante o testemunho da santidade cristã (Exortação Apostólica citada, n. 69). É uma tarefa nobilíssima que a todos é proposta, homens e mulheres, sem distinção alguma; e é um campo vastíssimo que se patenteia não somente ao zelo generoso e às reconhecidas capacidades de trabalho dos Religiosos, mas também ao espírito de dedicação, à sensibilidade peculiar e à inventiva das Religiosas.

E nesta variedade de chamamentos, por fim, não podemos esquecer os leigos, os quais precisamente são “chamados para colaborar com os próprios Pastores ao serviço da comunidade eclesial... pelo exercício dos ministérios muito diversificados, segundo a graça e os carismas que o Senhor houver por bem depositar neles”, e a cooperar assim na missão evangelizadora da Igreja (**ibidem**, n. 73).

E não deixaremos sem uma referência explícita aqueles que querem atuar a própria vocação de sacerdotes, de diáconos, de pessoas consagradas, ou de simples leigos, nas condições particulares e mais árduas da vida missionária, para o anúncio direto do Evangelho de Cristo Senhor.

E então, caríssimos Filhos e Filhas, rezemos todos juntos. Temos estado a falar de graças e de carismas: toda e qualquer vocação na Igreja é dom de Deus; e dos seus dons Ele somente possui o tesouro e o segredo.

Tantas e tantas vias se abrem diante de nós. Mas sabemos que elas irão permanecer desertas, se não houver quem se decida a percorrê-las. E sabemos também que uma tal decisão não provirá apenas da livre escolha de quem quer que seja: é necessária a graça do Senhor, que nos chama, nos ilumina e nos encoraja. E por isso mesmo agora devemos rezar:

Nós vos pedimos, Senhor, que continueis a abençoar e a enriquecer a vossa Igreja com os dons das vossas vocações. Nós vos pedimos que muitos sejam aqueles que queiram acolher a vossa voz e possam continuar a alegrar a Igreja com a generosidade e a fidelidade das suas respostas. Assim seja!

Esta invocação assim, ditada pelas exigências cada vez maiores do anúncio evangélico, há de ressoar no dia de hoje em cada uma das Comunidades Eclesiais, que se acham espalhadas pelo mundo: Dioceses e Paróquias, Seminários e Institutos, Famílias religiosas e grupos de leigos, todos em uníssono, reunidos em nome de Cristo. Que a mesma invocação seja expressão exemplar do esforço solidário de quem se sente parte de um único Corpo, e simultaneamente testemunho de recíproca comunhão na fé e nas obras. Renovar-se-á assim, na maturidade do século vinte, aquela mesma realidade da Igreja nascente, quando "todos perseveravam concordes na oração" (At 1, 14), "freqüentavam assiduamente o Templo", ao mesmo tempo que "o Senhor ia aumentando todos os dias o número dos que tinham entrado no caminho da salvação" (*Ibidem*, 2, 46-47).

Tudo isto é um convite e conjuntamente um auspício, que confirmamos com a Nossa Bênção Apostólica.

Paulus PP. VI

A ORAÇÃO CARISMÁTICA

D. Cipriano Chagas, OSB

**O Espírito é dinâmico.
Quem se entrega à sua ação
não se entrega a nenhum
quietismo.**

**O oração carismática reaviva
e dá forças ao engajamento
apostólico, especialmente
a quem professa
dedicar sua vida totalmente
ao Senhor Jesus.**

Vivemos numa época de transição na história do mundo e, por conseguinte, da história da Igreja, nela profundamente inserida. Como todo período de mutação, este em que vivemos não é confortável nem securizante, mas é apaixonante vivê-lo e é de se agradecer ao Senhor o fato de sermos nele testemunhas e atores. A Igreja como instituição é perene: "Lá onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estarei eu no meio deles". Essa presença do Cristo no meio dessa pequena comunidade de Igreja que se forma é realizada pelo Espírito Santo.

Ao reunir-se para tratar da renovação da Igreja, o Concílio Vaticano II previu não novas estruturas exteriores, mas um rejuvenescimento, uma renovação de que poderiam beneficiar-se todas as faces da Igreja. Nessa Igreja renovada poder-se-á fazer experiência pessoal de Deus; será não uma Igreja de simples praticantes, mas de voluntários, que confessa Jesus Cristo e faz "coisas" verdadeiras e significativas; onde existe a unidade, não só entre cristãos e não-cristãos, mas entre católicos de várias tendências; onde se pode fazer a experiência de uma verdadeira comunidade e duma comunhão entre as comunidades; onde se pode respirar e todos têm o direito de existir; aberta e acolhedora mesmo aos mal-pensantes, e que engaja seus membros em prol de um mundo mais justo.

E o Concílio menciona essa palavra estranha, "carisma", dizendo que o Espírito Santo os distribui largamente para a renovação da Igreja e que o cristão tem o **direito** e o **de-**

ver de recebê-los e exercê-los em comunhão com os pastores (1). Isto nos faz lembrar Pentecostes, a vinda do Espírito Santo sobre os discípulos que tinham perdido seu Mestre, ponto de partida da missão cristã no mundo, o aparecimento inesperado, nesse pequeno grupo de amedrontados orantes, de sinais racionalmente inexplicáveis. De repente são revestidos de coragem indomável e de transbordante alegria.

Hoje também não se pode ignorar o que se passa. Simultaneamente na Coréia, no Japão, no Brasil, no Chile, nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa... sem que tenha havido palavra de comando, sem que as autoridades eclesiais, sem que os teólogos tenham planejado, sem que um fundador se tenha manifestado, de repente Pentecostes sai da tradição religiosa para tornar-se realidade vivida.

De todos os lados surgem pessoas que atestam ter experimentado o poder de Deus em suas vidas, de ter tido a experiência de Sua Presença transformante. Oram em línguas, reúnem-se para invocar e louvar o Senhor, e milhares exclamam: "Não posso mais dizer que creio intelectualmente apenas em Pentecostes: eu o vi e vivi!"

"Por mais de 60 anos de minha vida religiosa não pude meditar. Tentei todos os meios... tudo em vão. Depois de receber o batismo no Espírito Santo, estou vivendo nova vida. Cristo tornou-se real. Ele está vivo. Sinto sua presença em mim e em torno de mim. Mesmo meu amor pelas pessoas é diferente. Sinto nelas o Cristo. Depois de todos esses anos, à idade

de 84, estou começando uma nova vida. Tenho nova consciência da presença de Cristo em minha vida. Louvado seja o Senhor" (2).

E assim inúmeros testemunhos: bispos, padres, religiosos, leigos. Casas religiosas transformam-se em comunidades. Mosteiros fazem uma mudança de vida: o mosteiro beneditino de Pecos, Novo México, Estados Unidos, opta por uma vida carismática: "A opção carismática levou a dar mais ênfase à oração e a permitir, de certo modo, a manifestação dos dons do Espírito durante a oração da comunidade".

Conhecer Deus pela experiência

Tudo vivido sem exaltação, na paz, numa alegria interior que surpreende, num amor que tudo abraça, em longas horas de oração e de louvor entrecortadas de cantos ritmados por bater de mãos. De que se trata?

Muito se tem escrito e falando sobre a Renovação Carismática, mas relativamente pouco dela se sabe no Brasil. No entanto, é provavelmente o mais surpreendente fenômeno ocorrido na Igreja católica nos últimos anos. Nasceu em 1967, quando, na Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, Estados Unidos, um punhado de leigos reunidos para orar e entregar-se ao Espírito Santo, tiveram uma experiência de Pentecostes, sentindo-se cheios do Espírito que lhes dava falar "em línguas", enchia-os de paz e de alegria indescritíveis (3).

Hoje, nove anos depois, calcula-se por alto que haja no mundo todo cerca de 800.000 católicos carismáticos, número que continua aumentando num extraordinário ritmo.

A princípio, olhada com desconfiança e reserva, a Renovação Carismática já em 1969 apresentava suficientes elementos positivos para que os bispos norte-americanos a aprovassem (4). A seguir vieram as aprovações dos bispos canadenses (5), os pronunciamentos do Cardeal Suenens e seu livro **“O Espírito Santo, nossa Esperança”** (6), e finalmente o pronunciamento público do Soberano Pontífice aprovando e estimulando seu crescimento, pronunciado em 19.5.75 quando do encerramento do III Congresso Internacional da Renovação Carismática, realizado em Roma (7). Para o Santo Padre:

“A Igreja e o mundo necessitam mais do que nunca que o prodígio de Pentecostes se prolongue na história. . . Para o mundo assim, cada vez mais secularizado, nada há de mais necessário que o testemunho dessa “renovação espiritual” que vemos o Espírito Santo suscitar hoje em dia nas regiões e ambientes mais diversos”.

É continua para dizer que, como resultado dessa “renovação espiritual”, a existência humana “encontra seu relacionamento com Deus”, sua “dimensão vertical”, sem a qual o homem “está irremediavelmente mutilado”. E conclui: “Então, como esta renovação espiritual não seria uma “chance” para a Igreja e para o mundo?” Isto é, esta “renovação espiritual” é uma oportunidade, um “kairós”, uma hora de graça, porque fato novo, surpreendente, intervenção providencial, iniciativa gratuita de Deus “que nos ama e se entrega a nós livremente”.

Uma das atrações da Renovação é esse encontro com Deus, essa orientação para a experiência, como notou Thomas Merton, pouco antes da sua morte, dizendo que ela “resume a espiritualidade mais susceptível de funcionar hoje neste país (EE.UU.). Ela responde à necessidade de experiência concreta em nossa vida de oração. É por isso que ela seduz os jovens (mas não somente os jovens), conservando embora uma estrutura suficiente para ser plausível” (8).

Conhecer Deus, não pela apreensão teológica ou pela formação doutrinal apenas, mas pela experiência — o que pode parecer estranho a ouvidos católicos — é uma visão de coisas perfeitamente bíblica. Conhecer Deus era fazer experiência de Deus. E fazer experiência de Deus era oferecer-lhe em retorno o louvor.

A oração de louvor é a forma amorosa da oração

O que mais floresce nos lábios cristãos é talvez a oração de petição. Ouve-se a cada instante “Senhor, dá-me isto”, “Senhor, concede. . .” No centro dessa oração está a pessoa e seu desejo. A liturgia convida, no entanto, a outra forma de oração: ao louvor e à ação de graças; mas esta parece não dizer grande coisa para muitos cristãos.

Nos grupos carismáticos dá-se o contrário: neles a oração de louvor, centrada não no orante mas no Senhor, não nos dons mas no Doador, expande-se alegremente, espontânea como uma necessidade, sinal daquele que se abandona a Deus para deixar

em si orar o Espírito Santo. A oração de louvor é a forma amorosa da oração; de suma eficácia, situa o orante em seu verdadeiro lugar no amor de Deus, retificando seus vários interrelacionamentos.

Louvar é tratar Deus como Deus, dirigir-se a Ele eliminando as falsas imagens dele feitas. O louvor nos faz penetrar as profundezas da sabedoria de Deus, que também são nossa verdade profunda, a expressão de nossa profundidade pessoal. E a ação de graças é fundada sobre a confiança na ação permanente de Deus em nós, em torno de nós e no mundo, sobre a realidade dum dom que não pode cessar jamais. Canto de pura gratuidade que tenta responder pelo Espírito em nós à absoluta gratuidade de Deus. Esse espírito de louvor constante, que surpreende ou aborrece certos cristãos, não provém dum esforço da vontade, mas é uma graça que nos torna cooperadores de Deus na obra universal, pois é Seu próprio Espírito que ora em nós, na onda mesma do dinamismo da criação à espera de sua glorificação no Cristo; por isso é que o homem de louvor reencontra a harmonia de seu ser e a harmonia com toda a humanidade e o cosmos em seu vasto movimento de subida para Deus.

Oração de alegria, da alegria de cristãos a se encontrar juntos em Jesus Cristo, alegria que se expande na espontaneidade. Redescoberta e retomada de uma tradição primitiva: a oração contemplativa comunitária. Por muito tempo, tempo demais talvez, só conhecemos dois tipos de oração: a oração solitária e a oração coral ou litúrgica. No entanto, inúmeras vezes Jesus disse aos dis-

cípulos que orassem, e Ele próprio orava muitas vezes em voz alta na presença deles, no que só pode ser chamado "oração espontânea", e o Novo Testamento nos mostra as primeiras gerações cristãs reunindo-se para orar "na mais íntima união".

Uma "experiência de pico"

A oração em grupo é parte integrante da história espiritual cristã. Somos uma comunidade esforçando-se por sempre maior união no Senhor. Precisamos partilhar, mesmo apenas humanamente falando, não só uma tradição, uma disciplina e uma visão comuns, mas também atos de fé comuns e um comum estender os braços ao Senhor Jesus. A oração espontânea e partilhada em grupo é uma maneira de testemunhar uns aos outros nossa comum experiência de fé numa forma altamente personalizada. Fonte de força e encorajamento, é particularmente necessária numa cultura permeada de alienação, desconfiança e isolamento solitário. O ambiente cristão do grupo nos possibilita essa experiência de oração profunda; certo desconforto no início pelo inusitado orar em público logo desaparece, libertando-nos o Senhor de nossas limitações para lançar-nos na oração comunitária.

Oração de comunidade, pois, em que fiéis de diferentes idades e condições encontram-se no comum louvor de Deus, para escutar sua Palavra, testemunhar a própria fé e o próprio amor cristão. Experiência eclesial da fé, num abandonar-se à escuta para perceber o mistério com o coração puro e simples, deixar que Deus se manifeste na própria

consciência e na dos outros, receber seu convite e respondê-lo, caminhar sob a direção do Espírito, proclamar o senhorio de Cristo Ressuscitado, acolher os dons do Espírito empenhando-se na edificação da Igreja.

No centro do ensinamento de São Paulo, entre a Eucaristia e o Corpo Místico, como que a levar de uma ao outro, situam-se os dons do Espírito. São eles que levam à construção da comunidade e se manifestam nas reuniões de oração dos primeiros cristãos. São Paulo nos transmite uma idéia do que eram ao ensinar os coríntios em 1 Cor 14,26. É como se estivesse descrevendo uma reunião de oração carismática de hoje. Surpreendente? Não. Jesus é o mesmo ontem, hoje e amanhã, e Seu Espírito manifesta seu poder onde, quando e como quer, para construir a unidade da Igreja; é a nossa disponibilidade que vai permitir-nos experimentar a realidade daquela palavra "não sabemos como orar, mas o Espírito vem orar em nós". É o Espírito que dirige nossa oração, e quando nos entregamos à sua ação, a oração do grupo toma uma direção imprevisível.

Guiada pelo Espírito ela avança, sem plano ou direção exterior e, através de seus elementos, nela vai-se desenvolvendo um tema, discernível para quem está atento. Leituras bíblicas, profecias de exortação ou de ensinamento, testemunhos, alternam-se com cantos e orações espontâneas. Cada um exprime-se em liberdade, individualmente ou em conjunto, pela palavra ou pelo canto, sem jamais alguém cortar a palavra do outro. Tudo inserido num fundo

de silêncio fecundo, que possibilita a escuta interior e a escuta dos outros, e se torna oração quando se deixa aprofundar pela palavra que acaba de ser dita. A tonalidade dominante é o louvor e a ação de graças, traduzidos pelos "Aleluias" que retornam sempre.

De quando em quando durante a oração, depois de um silêncio e como que saindo dele, começa, num pianíssimo quase imperceptível, um canto que parece não situar-se em lugar algum. Duas ou três vozes o iniciam e logo outras levantam-se e unem-se numa melopéia que cresce em ondulações de harmonias estranhas e articulações desconhecidas. A beleza dessa improvisação surpreende e fica-se preso ao canto, que se alça, vai e vem, paira um instante e decresce até mergulhar de novo, suavemente, no silêncio. É o "canto em línguas", que surge espontaneamente como a realização comunitária do louvor amoroso do Senhor, que cada um sente brotar em si naquele instante.

Outros dons do Espírito também se manifestam: o orar em línguas, a profecia, a palavra de ciência, a de sabedoria, o dom de curas e outros. Todos eles, cujo exercício comunitário caracterizam a reunião de oração carismática, decorrem do que se denomina "batismo no Espírito". Essa expressão, muito discutida mas empregada por seus fundamentos neotestamentários, designa a nova consagração que de si próprio faz o fiel a Jesus e sua firme vontade de abrir-se à ação santificadora do Espírito (9). Depois de uma preparação espiritual, com elementos bíblicos, teológicos e ascéticos, nos

seminários de Vida no Espírito (10), quem o deseja receber ora com alguns irmãos pedindo que o Espírito Santo lhe dê em abundância sua força e seus dons para sua edificação e a da comunidade.

O "batismo do Espírito Santo" pode ser uma "experiência de pico", de cima, algo subitâneo e inesquecível, ou o início de uma sempre crescente maturação espiritual. Nem todos recebem imediatamente os carismas, mas o que é sempre experimentado é grande aumento — como se fosse uma transposição em outro nível — da vida da fé, da esperança e da caridade, mais solidamente enraizada em Jesus Cristo como Senhor; vida sacramental mais frutuosa; experiência de libertação; redescoberta do Espírito Santo como Pessoa; amor à Sagrada Escritura, esforço de viver e rezar a Palavra de Deus; inclinação ao louvor e à ação de graças, vivenciando plenamente 1 Tes 5,16-22, Col 3,15-17, Fil 4,4-7; amor à Igreja e à unidade no Espírito, vivo senso comunitário e maior senso ecumênico, amor e união a Maria.

O tão discutido "dom de línguas" é um dom de oração. Temos perfeito controle dele e podemos cessar ou começar à vontade. Essa linguagem de oração, que é não-conceitual, é usada em várias situações: quando não se encontram palavras para louvar suficientemente a Deus; quando não se sabe como interceder pelos outros; como arma poderosa contra o pecado; para cantar sua alegria no Espírito. É a exemplificação ao vivo do que se lê em Rom 8,26-27. Não é incomum que pelo seu exercício desapareçam bloqueios psicológicos

e mesmo curas ocorrem. Em uma reunião de teólogos dos vários Institutos de Roma com líderes da Renovação Carismática, em 19.5.75, o Pe. Bernard Haering dizia não ser isto de admirar, pois muitos homens ficam doentes espiritual e fisicamente porque esquecem a finalidade da vida que é louvar a Deus; como a Renovação leva-os a redescobrir o louvor, muitos são curados nos grupos de oração.

O Espírito nos remodela na base de nossa personalidade

De fato essa oração, que é objetiva por sua constante referência à Palavra de Deus, manifesta logo seu poder surpreendente de reestruturar toda a nossa personalidade numa linha contemplativa e de abandono a Deus no meio de nossas tarefas e encontros normais de cada dia. Essa Palavra nos edifica porque ela é eternamente nossa origem viva. Ela nos refaz, nos restaura e reconstrói, talvez porque nos atinja bem antes dessa linguagem constituída que aprendemos desde os primeiros meses de nossa infância. A aquisição da língua materna é a primeira roupagem cultural que a criança recebe e suporta, ao mesmo tempo que é a codificação de seu desejo de alimento. Jacques Lacan vê na chegada da linguagem, constituída em língua estruturada, o recalque primário que está na origem do inconsciente. É, pois, a linguagem que existia anteriormente ao inconsciente que o estrutura e o funda.

A ação do Espírito Santo atinge aí nossa personalidade e nosso inconsciente, libertando em nós a ação da Palavra de Deus que é a

nossa origem e a nossa fonte. A oração em línguas toca, pois, o indivíduo em profundezas que nenhuma terapia pode atingir, pois ficam aquém da barreira do recalque originário, que a língua materna não pode franquear, pois que ela a constitui (11). Nessa oração, como em toda a experiência de fé na Renovação Carismática, o essencial reside na redescoberta do abandono espiritual, que resume e acompanha a aventura da fé. O abandono espiritual leva a pessoa a descentrar-se de si própria, a aceitar o passado a centrar-se sobre o presente, indo no sentido inverso do dobramento sobre si e da angústia.

O Espírito nos remodela, assim, nas bases de nossa personalidade, anteriores à aquisição mesma da língua materna e ao primeiro controle social de nossa afetividade e de suas expressões. Essa operação se deixa pressentir mais quando Ele se serve da oração em línguas, que Ele próprio nos dá, aquém ou além de toda linguagem adquirida e controlada.

Por aí também, como em toda a oração carismática, a ação do Espírito deve ser julgada não pelos carismas mas pelos seus frutos, segundo a lei básica de discernimento que nos legou Jesus. O fruto do Espírito é paz, amor, alegria... auto-domínio (Gál 5,22) e manifesta-se na vida de todos, mais especialmente talvez na dos sacerdotes e religiosos e religiosas.

Inúmeros são os testemunhos de sacerdotes que redescobriram o imenso valor de seu sacerdócio com a renovação e revigoração de sua

vida espiritual (12), ganhando inusitado poder sua pregação e seu apostolado, como se lê em 1 Tes 1, 4-5, numa como que revivescência de sua ordenação.

Religiosos testemunham grande revitalização dos votos, uma força nova, mais plena comunicação do Espírito Santo devida à nova receptividade à sua ação, à maior entrega em níveis mais profundos. Assim é que vemos cada vez mais numerosa a presença de religiosos e religiosas nos grupos de oração em todo o mundo, com conseqüente fortalecimento de suas próprias vocações.

O Espírito é dinâmico

A atmosfera vibrante, amiga e pacífica de uma reunião de oração carismática é talvez o que mais impressiona a quem chega pela primeira vez. Os carismáticos não têm inibições em proclamar francamente o Senhor e em testemunhar Suas intervenções maravilhosas e contínuas manifestações. Essa participação profunda, a par do exercício dos carismas, ajuda a edificar uma comunidade de fé. Por sua educação anterior muitos religiosos sentem-se relutantes em partilhar seus maravilhosos dons de fé. Eles podem aprender desses grupos de oração os efeitos positivos de uma comunidade de fé e de amor, e desenvolver mais profundas relações interpessoais através da partilha da fé.

O Espírito é dinâmico; quem se entrega à sua ação não se entrega a nenhum quietismo. A oração ca-

rismática reaviva e dá forças ao engajamento apostólico, especialmente aos religiosos, que professam dedicar suas vidas totalmente ao Senhor Jesus através do serviço ao próximo, e a mensagem do amor de Deus ganha nova dimensão quando disseminada através da dedicação de cristãos inflamados do amor ao ministério do serviço.

Os religiosos que são fiéis ao espírito de seu fundador já vivem vidas carismáticas; conhecem o Deus vivo, têm fome de oração, experimentam profunda paz e alegria no Senhor, anseiam por conhecê-lo melhor através de Sua Palavra e dedicam-se totalmente a Ele. Mas há a usura do tempo e os efeitos debilitantes da rotina diária. A oração carismática é uma das maneiras pelas quais o Espírito está renovando casas religiosas. E muitas, na Europa e nas Américas, abrigam agora em seu seio grupos de oração.

A oração carismática responde, portanto, a inúmeros problemas de nossa época. O engajamento cristão, polarizado com demasiada exclusividade sobre as necessidades dos homens, corre o risco de ser de boa vontade secularizado, tanto por seus objetivos quanto por seus métodos. A "libertação dos homens" tende a tornar-se a preocupação dominante, a que se reduz a "salvação em Jesus Cristo", este aparecendo antes como um chefe e um modelo de promoção humana que como o Salvador do homem pecador. Os imperativos de classe e de revolução tomam tal lugar nas preocupações de muitos que ameaçam de real secularização seu engajamento cristão.

Os métodos de ação e de análise inspirados nas ciências humanas, a teologia mesma, submetida à contestação da tradição e solicitada a se comportar como uma "filosofia religiosa" não mais dão lugar ao Espírito Santo. De onde a importância atual de uma volta a Ele. Esta se manifesta por uma convergência de três fatores: a iniciativa do Espírito que atrai, tornando perceptível sua presença por uma efusão de carismas e mais ainda por um apelo íntimo que vence resistências e medos; o reconhecimento do lugar do Espírito — ignorado quase pela teologia do Ocidente por alguns séculos — no mistério cristão e no caminhar da fé; e o acolhimento, a receptividade efetiva dos seus dons numa vida colocada plenamente e sem reticências sob Sua direção.

Por outro lado, o espírito de oração, o hábito da oração, a necessidade de encontrar o Senhor, se pode dizer sem intermediários, estão presentemente em diminuição na Igreja. As objeções teóricas, que acusam a oração de desvalorizar e enfraquecer o esforço humano, as negligências práticas, a desvalorização, sem substituição, de todas as "devoções", são índices inquietantes que Paulo VI reconhece como um grande mal de nossa época (13). Ora, é precisamente a uma tal experiência que a Renovação Carismática convida, de improviso, a participar. O convidado, o curioso, o simpatizante, é imediatamente integrado à oração — mais exatamente, tomado no mais íntimo do coração, ele se integra à oração de todos... A originalidade da Renovação parece estar também aí: a ora-

ção constitui, não somente o centro, mas a totalidade da atividade de seus membros. Uma oração que jorra simplesmente, pelo jogo posante do ambiente, daqueles que lá estão, inclusive dos neófitos ou dos oponentes, vindos por curiosidade ou mesmo com má vontade: sinal não equívoco da ação misteriosa, mas visível, do Espírito.

O voluntarismo insistiu demais no esforço do homem; a oração, apresentada mais como uma obrigação que como um acolhimento, parecia o resultado duma concentração do espírito, duma atenção paciente e inexorável, duma fidelidade cronologicamente constatável, muito se assemelhando aos métodos humanos das meditações orientais. O aspecto dos dons do Espírito, sem ser negado, era deixado na sombra. Não convinha que uma oração mais atenta ao dom de Deus

que ao esforço intelectualista ou voluntarista do homem se manifestasse, precisamente para reconduzi-lo a uma idéia mais justa da oração e permitir-lhe considerá-la diferentemente da ascese voluntarista e tensa?

O aprofundamento da oração carismática leva ao repouso em Deus, à contemplação infusa. Assim, a experiência de oração que o Senhor nos dá viver na e pela Renovação Carismática só se aclara verdadeiramente quando se reconsidera as vias da oração contemplativa dos cristãos através dos séculos. Jesus é o mesmo, ontem, hoje, amanhã. Não vivemos um outro regime de fé, mas somos convidados de novo, no íntimo de nós próprios, a viver a fé da Igreja e da comunhão dos santos. Não é uma nova Igreja, mas a Igreja em sua juventude eterna de esposa do Cordeiro, que reaprendemos a contemplar em sua beleza.

NOTAS

1. Concílio Vaticano II, Decreto sobre o apostolado dos Leigos, n. 3.

2. Ir. Melita, Testemunho, **New Covenant**, março 1972, p. 5.

3. **Charismatic Beginnings**, Duquesne 1967, **New Covenant**, fev. 1973. O'CONNOR, ED., **The Pentecostal Movement in the Catholic Church**, Notre Dame, Indiana, 1973. Card. Suenens, **O Espírito Santo, nossa Esperança**, São Paulo, Edições Paulinas, 1975.

4. Conferência dos Bispos Norteamericanos, **Statement on the Charismatic Renewal**, Pecos, New Mexico, Dove Publications, 1975.

5. Conferência dos Bispos Canadenses, **Message sur le Renouveau Charismatique**, La Documentation Catholique, 15.6.75, p. 569-574.

6. Card. Suenens, ver nota 3. **A renovação carismática na Igreja Católica**, Comunicado Mensal da CNBB, agosto de 1975. **Rédecouvrir l'Esprit**, La documentation Catholique, 15.7.1973, p. 687-690.

7. Paulo VI, **Allocution au Congrès International du Renouveau Charismatique Catholique**, La Documentation Catholique, 15.6.1975, p. 562-564. **L'Osservatore Romano**, 21.5.1975.

8. Citado por Killian McDonnell, **Catholiques Charismatiques**, Le Supplément, n. 102, set. 1972, p. 311.

9. DE GRANDIS, R., **A Renovação Carismática Católica**, São Paulo, Edições Paulinas, 1975, p. 23.

10. Comunidade, **Palavra de Deus, Seminários da Vida no Espírito**, São Paulo, Edições Loyola, 1975.

11. SAGNE, JEAN CLAUDE, **Dépendance et Autonomie**, les Destins de la Personnalité dans le Renouveau, *Lumière et Vie*, n. 125, nov. dez., 1975.

12. KOSICKI, GEORGE, **The Lord is My Shepherd**, Witnesses of Priests, An Arbor, Michigan, Charismatic Renewal Series, 1973.

13. Paulo VI, Alocução de 22.8.1973, *La Documentation Catholique*, 9-23, set 1973, p. 755.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, A., **Católicos Pentecostais e Outros Carismáticos nos Estados Unidos**, Atualização, agosto 1972. CHAGAS, CIPRIANO, D., **Um Lugar na Igreja para o Movimento Católico de Renovação Católica Carismática**, *Liturgia e Vida*, maio-junho 1975. **O Nascimento de uma Paróquia Católica Carismática**, *Liturgia e Vida*, nov.-dez., CLARK, STEPHEN B.,

Batizados no Espírito Santo, São Paulo, Edições Loyola, 1976. **Os Dons Espirituais**, São Paulo, Edições Loyola, 1976. **Para Renascer no Espírito Santo**, Comunidade, Palavra de Deus, São Paulo, Edições Loyola, 1975. DE GRANDIS, ROBERT, SJ, **Os Católicos e a Cura**, São Paulo, Edições Paulinas, 1975. **O Ministério e a Cura**, São Paulo, Edições Paulinas, 1975. GELPI, D., **O Pentecostalismo Americano**, *Concilium*, n. 89, nov. 1973. MASSINGBERD FORD, J., **O Catolicismo Pentecostal**, *Concilium*, n. 79, 1972. McNUTT, FRANCIS, **É Jesus que Cura**, São Paulo, Edições Loyola, 1975. **Orientações Teológicas e Pastorais da Renovação Carismática Católica**, São Paulo, Edições Loyola, 1975. RAHM, HAROLDO, MARTIN FR., SCANIAN, M., **Reconciliação e Cura**, São Paulo, Edições Paulinas, 1975. RAHM, HAROLDO, LAMEGO, M., **Sereis Batizados no Espírito Santo**, São Paulo, Edições Loyola, 1972. RANAGHAN, K. e D., **Católicos Pentecostais** Pindamonhangaba, SP, O. S. Boyer, 1972.

CONVERGÊNCIA publicou em abril/76, n.º 91, páginas 179-188, um trabalho sobre **Religiosas Profissionalizadas**. No artigo que segue Você lerá dois testemunhos de duas **Províncias Religiosas sobre Comunidades Profissionalizadas**. Estes dois artigos, o de abril e este de maio, se integram para se constituírem numa só reflexão mais aprofundada de uma mesma realidade.

COMUNIDADES PROFISSIONALIZADAS

I

Ir. Helena Maria Bianchi

Irmãs de S. José de Chambéry

1 — **Seria possível tratar da profissionalização das religiosas sem uma reflexão global sobre a identidade da Vida Religiosa e seus rumos no contexto do mundo e da Igreja de hoje?**

Abordar a profissionalização das religiosas sem referir-nos à globalidade da Vida Religiosa, parece-me tão arbitrário e anacrônico como refletir sobre a evolução da Vida Religiosa sem situá-la no movimento evolutivo do mundo técnico-científico e antropológico-filosófico de nossos dias. Além disso, seria acentuar uma dualidade de vida tão difícil de ser superada por exigir um esforço constante de síntese que não

se faz ao nível das idéias, mas sim ao nível da existência.

A experiência me permite afirmar que a problemática levantada em torno de novas formas de engajamento profissional das religiosas, não se situa tanto no exercício da profissão ela mesma, mas sim enquanto modifica uma estrutura tradicional de vida comunitária e enquanto afeta a consistência individual das pessoas. Os conflitos e as tensões surgem no interior das Congregações justamente porque, ao tentar avaliar estas novas formas ou solucionar os problemas a elas decorrentes, são tomadas as formas tradicionais como idéias a conservar ou são colocadas em oposição

a elas como se tivessem perdido toda sua validade. Os riscos e, ao mesmo tempo, a contribuição positiva que estes novos tipos de inserção e engajamento trazem, é precisamente de permitirem um discernimento dos valores essenciais da Vida Religiosa e a busca dos pontos de referência que ultrapassem estruturas de comunidade e suas diferentes expressões de atividade.

Ao ingressar no mundo do trabalho em paridade com os demais colegas de profissão, a religiosa é levada a se questionar sobre o que a identifica e ao mesmo tempo a distingue. Então, dois fatos soem acontecer:

Em **nível individual**, ou a religiosa descobre que sua identidade pessoal está numa qualificada forma de existir que se realiza numa dimensão de fé e de clareza de opção pelos valores do Evangelho, assumidos como projeto de vida e motivações de engajamento; ou, percebendo que identificava Vida Religiosa com certa forma estrutural de viver, parte para uma redescoberta de sua opção de vida ou para uma gradativa secularização.

Em **nível comunitário**, ou o grupo descobre que os elos construtores da unidade não se encontram apenas no cumprimento de uma tarefa comum, nem nas simples relações interpessoais por mais cordiais que sejam, mas que a comunhão fraterna se constrói ao nível de uma opção existencial por Jesus Cristo e a construção do seu Reino; ou, não percebendo estes elementos profundos de unidade, o grupo se dilui perdendo sua consistência e sua força de testemunho,

não se diferenciando de qualquer outro agrupamento humano.

O fundamental é sempre a intencionalidade que leva as religiosas a buscarem os novos campos de engajamento. Nunca estarão livres de toda a ambiguidade. Por isso é necessário que os engajamentos profissionais, sobretudo os assalariados, sejam estudados, rezados, referidos à Missão e selecionados mediante critérios que ultrapassem oportunismos ou interesses individuais e até o simples objetivo de garantir a própria subsistência. É indispensável, então, uma ascese pessoal e uma dinâmica comunitária em que se procure refletir a ação e viver a reflexão num sempre renovado esforço de conversão às exigências do Reino.

O sentido da existência dos religiosos na Igreja e sua inserção no mundo está na realização de um projeto de vida que procura traduzir a radicalidade da vocação cristã nas realidades humanas em que se inserem ou devem se inserir. Permito-me explicar os elementos que me parecem essenciais neste projeto:

◆ A descoberta progressiva e existencial de que Deus é a fonte, o eixo central, a força propulsora, a realidade plenificante da vida humana.

◆ A oração que empenha todo o ser, que contempla e assimila os valores do evangelho para torná-los motivações de engajamentos.

◆ A vivência das atitudes de liberdade interior, de disponibilidade e de amor que Cristo viveu em suas relações com o Pai, com os homens

e com o mundo, e que são expressas na profissão dos três Conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência vividos em comunidade.

◆ A construção da vida fraterna comunitária fundamentada em relações criadas em resposta ao mandamento do Senhor: "amai-vos uns aos outros como eu vos amei" e pela comunhão do mesmo apelo vocacional percebido na fé.

◆ O dom de toda a vida e existência à construção do Reino de Deus nas realidades humanas em que se vive ou se trabalha, procurando por elas estabelecer relações de justiça, de fraternidade e de paz.

◆ O anúncio explícito da libertação e da salvação realizada em Jesus Cristo e proposta a todos os homens de boa vontade.

Em síntese, é a adesão incondicional a Jesus Cristo que, em obediência ao Pai e movido pelo Espírito, realiza sua missão no dom total de sua vida aos homens, inserindo-se na sua história.

A busca consciente e vivencial deste projeto dará às religiosas a necessária consistência e as tornará aptas a entrar também em campos de trabalho até hoje não atingidos pelos religiosos para neles fazer penetrar os valores do Evangelho.

O desafio que é feito, hoje mais do que nunca, aos religiosos é sua capacidade de síntese entre a fidelidade a sua vocação fundamental e a resposta às múltiplas solicitações dos irmãos aos quais querem servir. O ponto nevrálgico está em

manter o equilíbrio entre estas duas dimensões de vida relacionadas não como antíteses ou dicotomias, mas como pólos de uma mesma lei pendular. É a mesma motivação profunda que leva a religiosa a cultivar sua identidade e a comprometer-se com os homens seus irmãos. Há apenas uma diferença de campos de consciência ora mais concentrada para um dos pólos, ora mais voltada para o outro.

Parece-me importante ter tudo isto presente quando se pensa em refletir sobre novas formas de engajamento e novos campos de inserção das religiosas no mundo de hoje.

2 — Como encarar a realidade: salário-pobreza-gratuidade.

O primeiro elemento deste trinômio é iluminado pela Carta dos Direitos Humanos e os dois outros só podem ser compreendidos numa visão de fé. O artigo 23 da Declaração dos Direitos do Homem, reza:

1. "Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Todo o homem que trabalha, tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Todo o homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses”.

O salário, e o justo salário é, portanto, um direito que assiste à toda a pessoa e é também uma resposta ao mandamento do Senhor que criou o homem com capacidade e ordem de prover o próprio sustento com o “suor de seu rosto”.

A religiosa que exerce uma atividade assalariada, dentro da atual política trabalhista, não pode desconhecer esta função do salário e se empenhará para que os direitos humanos acima explicitados sejam observados. Para ela, porém, a realidade salário toma outras dimensões. Sua opção radical de fé a faz assumir atitudes e estilos de vida de acordo com o ideal da pobreza evangélica proposta por Cristo como desapropriação e relativização dos bens materiais, por mais legítimos que sejam, para colocar em evidência os valores transcendentais do Reino e para orientar estes mesmos bens ao exercício da justiça e da caridade. Vivem num mundo fortemente tentado à idolatria do dinheiro e a religiosa não está livre desta tentação. Manter-se-á, portanto, vigilante para conservar viva a fidelidade a sua vocação profética, cultivando constantemente uma atitude fundamental de liberdade interior capaz de manifestar em seu ambiente de trabalho, a busca do único Bem Absoluto.

Na mesma linha do testemunho se coloca a dimensão da gratuidade. Essencialmente o projeto religioso é dom incondicional a Deus

no serviço dos irmãos. E a religiosa é alguém que, tendo experienciado de forma inconfundível a gratuidade do amor de Deus, quer viver esta mesma gratuidade em relação a seus irmãos, para manifestar não somente o significado do amor, mas sua única e verdadeira Fonte.

Seria, portanto, de lastimar que as religiosas ficassem tão absorvidas por suas atividades profissionais assalariadas que não tenham mais tempo para expressões visivelmente gratuitas de dom de si mesmas aos outros. Novamente nos encontramos diante da necessidade de equilíbrio e de capacidade de síntese como também de clareza dos objetivos evangélicos da comunidade e das pessoas que a constituem.

3 — Como se poderia encarar o fator “salário” na realização da pessoa?

Se a realidade salário for colocada em função da subsistência, então é uma exigência indispensável para a realização da vida humana. Por natureza, o homem necessita dos bens materiais para viver e, na atual estrutura sócio-político-econômica, estes bens são variáveis, dependentes do poder aquisitivo do fruto do trabalho avaliado em dinheiro.

Mas se entendemos o salário apenas como uma das retribuições possíveis ao exercício da atividade humana, então não é fator indispensável de realização da pessoa, uma vez que esta pode perfeitamente se realizar numa dimensão de gratuidade. Por conceituação, pessoa é

ente capaz de sair de si mesmo para ser dom aos outros. E o dom toma todo o seu sentido quando é gratuito.

Num sistema de socialização ou de comunhão de bens em que a subsistência é garantida pela participação em projetos comuns de vida e de trabalho, a renúncia ou a desapropriação do salário, se inspiradas por ideais evangélicos, são elementos construtores de fraternidade e de plenificação humana. É o que se busca viver nas comunidades religiosas onde os bens são colocados a serviço da promoção humana. Procura-se assim evitar a tentação capitalista de acumular bens ou de seguir como critério de opção para os engajamentos concretos, as maiores vantagens de salário. Numa sociedade de consumo, como a nossa, facilmente poderia se infiltrar também entre os religiosos, a mentalidade do "ganhar mais para gastar mais". Um meio de precaução ou de libertação desta mentalidade é a reflexão, à luz da Palavra de Deus, sobre o sentido do trabalho na vida humana e do engajamento dos religiosos nesta realidade.

4 — Haveria possibilidade de fazer todos os membros das Congregações religiosos entrarem na política trabalhista-salarial? Como? Com que vantagens?

A realidade atual das Congregações não permite que seus membros todos ingressem na política trabalhista salarial como está estruturada atualmente, pois muitos de-

les não teriam condições de saúde, idade ou habilitação profissional para assumirem as implicações desta política. Para as religiosas que o puderem fazer, será certamente, uma experiência muito enriquecedora não somente para elas, mas para a comunidade toda. É um excelente meio pedagógico de formação pessoal, como também um campo apostólico no qual as religiosas devem se fazer presentes. Tais opções não podem, porém, ser feitas de modo arbitrário, nem devem ser tomadas como fins em si, mas sim como conseqüências de um discernimento em vista da Missão. É importante para a Igreja que, dentro das Congregações religiosas, seja vivido um pluralismo na unidade, em atenção ao Espírito que confere dons diferentes para as diferentes funções do Corpo de Cristo.

Se nem todas as religiosas podem ou devem se inserir na política salarial, todas poderão filiar-se a algum Instituto de Previdência Social, não apenas para usufruir de suas vantagens ou privilégios, mas para assumir as condições a que se sujeita a maioria das pessoas no atendimento à saúde. É também esta uma forma de viver a solidariedade com os irmãos.

5 — Como relacionar a influência das comunidades "profissionalizadas" sobre a releitura do Carisma fundacional e a influência deste sobre o estilo das comunidades "profissionalizadas"?

A abertura do leque de possibilidades de engajamento para as religiosas ocasiona, primeiramente,

uma reflexão sobre a significação e a amplitude do carisma fundacional. Este é definido ou redefinido em confronto com o presente, e à luz do passado pelo discernimento de suas dimensões essenciais muitas vezes revestidas da roupagem cultural e circunstancial de determinada situação histórico-geográfica. Esta visão retrospectiva fará emergir os elementos e critérios para a releitura do carisma no contexto da Igreja e do mundo de hoje. Se entendermos por carisma uma intuição evangélica a ser vivida em resposta à necessidade do Povo de Deus, então há nele elementos de continuidade, porque o Evangelho é sempre novo em qualquer época. Mas suas expressões vivenciais ou suas formas de encarnação podem variar porque variáveis são as situações e as necessidades da Igreja.

A fidelidade ao carisma fundacional deve, portanto, ser colocada em função da intuição evangélica vivenciada em atividades ou engajamentos que podem variar de estrutura e de campo. As comunidades "profissionalizadas" podem dar uma contribuição muito valiosa no discernimento dos elementos fundamentais do espírito da Congregação. A inserção em campos apostólicos de estrutura ou trabalhos diferentes do que as instituições tradicionais trazem como consequência a mudança de estilos de vida comunitária e modificam até a organização da própria Congregação. Percebe-se, então, a necessidade de buscar elementos mais profundos de unidade dos grupos, cuja consistência não mais reside num trabalho polarizado, mas são desco-

bertos a um nível mais profundo da existência.

A vivência das dimensões dos elementos constitutivos essenciais do carisma congregacional dará então às comunidades, a consciência de sua identidade como também será um forte fator de unidade, na diversidade das formas de engajamento e de estilos de vida. Para que isto se realize, é necessário cultivar entre as religiosas:

◆ A consciência de pertencer a um corpo no qual os membros se comprometem a caminhar juntos, no amor e na busca de objetivos comuns.

◆ O sentido da comunhão entre os que se sentem chamados a um mesmo Instituto com uma espiritualidade específica embora não exclusiva.

◆ A participação ao elã missionário que caracteriza a Congregação e a consciência de ser enviada para uma missão, enquanto membro de um corpo.

◆ A consciência de uma contribuição responsável e única à vitalidade do Instituto e da continuidade histórica do carisma fundacional.

É importante ter presente que a unidade no espírito e a pluriformidade nos engajamentos são duas realidades tensionais cujo equilíbrio só pode ser mantido se se viver no Interior das Congregações um verdadeiro clima de diálogo favorecido por estruturas de participação e de corresponsabilidade em que as religiosas se sintam verdadeiramente comprometidas com a fidelidade aos apelos de Deus e da Igreja no mun-

do de hoje, sem rupturas com as tentativas sinceras de respostas do passado talvez ainda válidas.

2

Ir. Terezinha Heinen

Irmãs da Divina Providência

Dados preliminares

Em nossa província, ajuntamos geralmente profissionalização com "morar fora". Por isso constatamos o seguinte:

1. **Quanto à residência.** Descobrir o "lugar" que possibilite a inserção na vida real do povo. Jamais construir uma casa para as Irmãs. De preferência viver de aluguel, também para garantir o "ir e vir", o deslocar-se, sair quando necessário. É importante optar pelo mínimo necessário, para com o povo fazer a experiência de pobreza.

2. **Fase de organização.** O cultivo dos valores, das motivações da Vida Religiosa é importante sempre, mas convém reforçá-lo nesta fase de organização, cuja duração varia de acordo com a evolução de cada grupo.

3. **Decisão pessoal e escolha dos membros.** A cada Irmã é dado optar ou não por novas formas de Vida Religiosa, mas a cada Irmã é obrigatório o compromisso de viver a fraternidade radicada no Evangelho. Mesmo que surjam "preferências"

para formar grupo com determinadas pessoas, a nenhuma Irmã pode ser vedado participar da convivência fraterna que nos propomos fazer acontecer.

4. Algumas normas

— É necessário que o grupo explicitamente detalhadamente as **razões** pessoais, grupais e societárias que o levam a morar fora e assumir trabalho em novas circunstâncias profissionais.

— O grupo precisa garantir **expressões** pessoais e comunitárias que testemunhem presença de Vida Religiosa, lá onde se insere.

— Os **recursos** e meios de que irão dispor para sua manutenção devem corresponder à vida dos conselhos evangélicos.

— O grupo precisa chegar a um acordo sobre quais **valores** vai cultivar como **fonte de revitalização** da Vida Religiosa seja em termos pessoais, grupais e societários.

— A **previsão orçamentária** deve estar de acordo com as prioridades de investimento pautadas pelo Conselho Providencial.

— O grupo mantenha constante **comunicação** com o Conselho Provincial para possibilitar maior unidade na Província e oferecer dados para informação, revisão, sugestão.

— Haja também realismo em constatar **dificuldades** decorrentes desta nova forma de viver e pistas para superação.

— O crescimento do grupo seja conduzido evolutivamente, respeitando as diversas etapas de crescimento de cada membro. Entre os membros do grupo reine um bom nível de comunicação e relacionamento entre si para acontecer a real ajuda fraterna.

As realidades diferem muito de lugar para lugar; por isso considero fundamental o grupo se saber em processo e decidir dedicar-se ao tipo de trabalho mais útil em termos pastorais de Igreja hoje, o que nem sempre significa fazer o mesmo trabalho que na Ordem sempre se fez.

Questões a serem refletidas

1. Seria possível tratar da profissionalização de religiosas, sem uma reflexão global sobre a identidade da vida religiosa e seus rumos no contexto do mundo e da Igreja HOJE?

Tratar da profissionalização de religiosas requer uma visão séria e, quanto possível, real do mundo, uma vez que as religiosas não pairam acima do mundo, acima da história, mas estão inseridas no contexto histórico. As mutações, as influências dele geram uma certa dialética para a Vida Religiosa, seu sentido, suas obras e suas realizações. Uma dialética que defronta um passado de muita organização e valores mais estáticos com um futuro de maior mutabilidade e novos valores mais dinâmicos.

Há que atender para que as religiosas não abracem, em favor de

uma ingênua realização, a primeira profissão que se apresentar. Como não estamos muito treinadas para entrar na civilização do mundo do trabalho, corremos o risco de nos tornarmos apenas um profissional a mais, em vez de reforçarmos a fileira dos que têm coragem para lidar junto aos que são menos favorecidos na atual conjuntura social.

A seiva que bebemos do Evangelho de Jesus Cristo continua tendo a sua mesma força. Faz-se mister garantir campo para ela se desenvolver devidamente. Viver no mundo sem se deixar ofuscar pelos seus valores, também no setor de profissionalização das religiosas requer uma atitude de pobreza que busca no Evangelho a luz para ver claro e longe, relativizando os valores que à primeira constatação se apresentam indispensáveis e salvadores.

2. Como relacionar a influência das comunidades profissionalizadas sobre a releitura atual do carisma fundacional e a influência deste sobre o estilo da comunidade profissionalizada?

Preciso responder a partir da minha Congregação. As comunidades profissionalizadas estão conseguindo relativizar as seguranças que os séculos construíram para centralizarmos as atenções na Pessoa Humana. Neste sentido procuramos viver a justiça dentro da vida religiosa própria, dentro da nossa Instituição, como ponto de partida. Se nosso fundador procurou fazer justiça aos desprotegidos e abandonados de após-guerra, nós sentimos hoje fortes apelos em termos de:

— Investir o superavit no aumento do salário de nossos quase dois mil e quinhentos funcionários, na Província.

— Investir em obras promocionais, em Lares e Jardins de Infância; até o momento conseguimos atender dois dos cinco já planejados.

— Reduzir o percentual de investimento em equipamentos para aumentar os percentuais de investimento em aprimorar o pessoal.

— Reduzir os bens da Instituição para enriquecer as pessoas, através de recursos, aperfeiçoamento e liderança.

— Numa linha sócio-econômica diminuirmos a distância entre o maior e o menor salário, porque buscamos o centro na PESSOA. Por isso também alteramos os critérios de avaliação de cargos e salários, em termos de: responsabilidade, nível cultural, escala de esforço, maior e menor risco no trabalho, liderança, criatividade, iniciativa.

Percebemos uma influência sadia porque não acreditamos que a salvação aconteça a partir de um ou de outra, ou seja, do carisma ou da comunidade profissionalizada, mas da busca pessoal e comunitária que nos fortalece para atendermos o “Espírito na história complexa e ambígua que vivemos.”

3. Em que e por que as comunidades profissionalizadas são questionadas e contestadas?

As respostas poderiam ser tão numerosas quanto as novas perguntas que sobre esta questão se poderá levantar. Não é sinal positivo a contestação, o questionamento, ainda mais quando feito sobre nossa Vida Religiosa? Para efeito de estudo, podemos elencar o seguinte:

a) As comunidades profissionalizadas são questionadas:

◆ Nas suas formas e normas que não contam mais com o reforço de “todos fazem assim”, ou então: “sempre foi assim”.

◆ No seu modo de viver Vida Religiosa, sobretudo em termos de obediência. No seu estilo de oração mais engajada e despojada de sacralidade.

◆ Na sua aparente diluição, uma vez que a solidariedade com o povo, com o pobre e o marginalizado leva a adotar as suas categorias de pensar e avaliar o mundo presente e o futuro. Isto pode incomodar na Província.

◆ Na sua flexibilidade face a normas pré-estabelecidas e na sua atitude de proclamar o provisório das realidades terrestres, também o provisório da própria Congregação.

◆ Na sua alegria e simplicidade, no seu bom humor que chegam a “incomodar” a quem pensa ser a Vida Religiosa encarregada de dramatizar a salvação.

◆ No seu jeito de saborear o amor de Deus que induz à doação aos irmãos.

◆ Na sua maneira de viver a vinculação com a Província, dispondo-se os membros das comunidades

profissionalizadas a assumir liderança para cursos, palestras e trabalhos periódicos, por amor às Irmãs.

◆ Na sua aparente fragilidade que motiva seriamente para a fé e fundamenta a esperança no poder do Senhor.

b) São questionadas porque:

◆ Correm o risco de "contaminar-se" no mundo em que vivem.

◆ Diminuem as Irmãs que atendiam aos "filhinhos de papai" em escolas de elite; pois agora estão elas em bairros, em outros setores de trabalho. Diminuem as relações hierárquicas, pois todas têm vez e voz para opinar e responsabilizar-se.

◆ Elas sacodem um pouco o passado feito de seguranças que hoje devem ser revistas.

◆ Procuram viver o risco da vida de fraternidade a todo custo em contraposição à ausência do clima de amizade e caridade experimentado muitas vezes na grande massa conventual.

◆ Saem das "estufas espirituais" para estar com o povo, lá onde ele vive, sofre e trabalha.

◆ Denunciam a ausência de vida cristã nos tradicionais conventos para sentir os benefícios e a nova vida que brota dos encontros, da amizade e da comunhão entre os membros, agora da pequena comunidade.

◆ Desinstalam e relativizam valores de espaço, de tempo, de lugar para assumirem uma vida religiosa mais engajada e comprometida com o povo.

◆ Procuram entender e viver a Redenção à luz da fé e da história do povo.

Em resumo de quanto se disse em **CONVERGÊNCIA**, abril de 1976, página 179-189, e nestas páginas que acabou de ler, pode-se concluir: quando a profissionalização é evangélica: serviço aos irmãos especialmente aos mais pobres, a fraternidade vai se aprofundando e crescendo; quando a motivação é ambígua: auto-promoção, fuga da grande comunidade, etc., as fraternidades não superam as dificuldades e geralmente se desagregam.

Estamos percebendo uma interação entre comunidades religiosas inseridas no meio do povo, assumindo a pastoral, cujos membros entram num regime de profissionalização, pelo menos parcial para assegurar sua manutenção. E comunidades de religiosas profissionalizadas que, diante das solicitações do povo e da Igreja Local, respondendo ao impulso missionário de sua inserção no meio, assumem no fim de semana, ou em tempo integral, por um ou outro de seus membros, um serviço pastoral explícito.

A **CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL** continuará a ser o lugar de reflexão e de intercâmbio desta nova forma de vida religiosa hoje para que este novo engajamento e inserção da vida religiosa traga aos homens de hoje o que eles de nós esperam sem todavia destruir os benefícios que esta mesma vida religiosa acumulou durante séculos aperfeiçoando a pessoa e a sociedade.

CONVERGÊNCIA apresenta aos seus leitores esta entrevista de Frei Jean Marie Roger Tillard, OP. Ela foi dada à revista **VIDA RELIGIOSA**, em fevereiro de 1973. Ontem como hoje, ela tem a mesma atualidade. Frei J. M. R. Tillard está entre os melhores especialistas modernos de Teologia da Vida Religiosa. As Edições Loyola, São Paulo, lançaram em 1975: **“DIANTE DE DEUS E PARA OS HOMENS, Vida Religiosa, um Projeto de Vida”**, de sua autoria.

EVOLUÇÃO DA VIDA RELIGIOSA

**A VIDA RELIGIOSA ATRAVESSA UMA DAS
MAIS GRAVES CRISES DA SUA HISTÓRIA**

Pergunta: P. Tillard, nos seus escritos, mostra-se bastante “otimista” quanto à renovação e ao futuro da vida religiosa. Segundo a sua opinião a vida religiosa está em crise ou não? Se sim, qual a gravidade desta crise?

O senhor fala do meu “otimismo teológico”. Mas para compreender bem a minha posição não se pode perder de vista que eu falo sempre do PROJETO da vida reli-

giosa. O PROJETO propõe um ideal, uma meta que se tenta alcançar com toda a boa vontade, embora sabendo de antemão que nunca será plenamente realizado. Idealismo? Não. O homem nas suas grandes aspirações só realiza uma obra nobre quando brilha diante de si um fim que o supera, mas que, ao mesmo tempo, o estimula, o incita. Se esse ideal se vê reduzido à simples dimensão do “possível”, estritamente reduzido a uma visão “in-

termédia”, então é como andar à volta, para cair numa mediocridade banal, sem relevo. Procurar o que está para além do possível significa fazer nascer a coragem e a força para o superar.

Quanto mais aprofundo a história da vida religiosa melhor me vou dando conta de como este **projeto** religioso superou sempre as possibilidades da maioria desses homens que buscavam o Senhor com generosidade e amor nesse gênero de vida. É isso mesmo nos momentos mais difíceis. Os nossos antepassados não eram “Tarzãs”, heróis espirituais. Eram “pobres” homens, ávidos de superar as suas fraquezas, sabendo de antemão que eram vencidos, frequentemente, por elas. Daí nascia a sua misericórdia.

Há que reconhecer, contudo, que nos nossos dias a “vida religiosa”, considerada globalmente, atravessa uma das crises mais graves da sua história. Em todos os meios — com

exceção de alguns raríssimos enclaves privilegiados — os religiosos constataam uma descida nos seus efetivos, um aumento do número de saídas, divisões internas. Mas, sobretudo, a erosão da própria existência. Acabam por perguntar-se a si mesmos se a “profissão religiosa” é uma resposta válida a essa chamada que está latente em todo o homem e em todo o Cristão.

Por outro lado, está acontecendo com frequência que os esforços generosos, dos mais animados, tentando adaptar-se, abrir novos caminhos, estão a cair no fracasso. Isso origina uma crise de esperança. Como consequência, como o mostrou nas suas diversas obras o psicólogo Viktor Frankl, se a tensão da esperança se relaxa, a própria vida corre perigo. Acrescentaria de minha parte: sobretudo a vida cristã, e a fortiori a vida religiosa. O cristão está sustentado, mantido pela esperança. E as nossas comunidades sofrem crises de esperança.

CAUSAS DA CRISE DA VIDA RELIGIOSA

Pergunta: Quais são, a seu ver, as maiores e as mais graves crises da vida religiosa, atualmente?

Num pequeno opúsculo dirigido às religiosas da França, tentei discernir as causas principais desta crise. São numerosas. Cito-lhe apenas algumas. Em primeiro lugar, existe a crise da Igreja inteira, de todas as comunidades cristãs, protestantes, anglicanas, católicas. Isto não parece ser compreendido por certos espíritos que julgam a crise “religiosa” de um modo míope.

A crise que se vive nas comunidades é a expressão — por veezs, exacerbada — da que se vive em todos os níveis do Povo de Deus. Há uma crise do sacerdócio, uma crise do laicato, uma crise da pastoral, uma crise do matrimônio. Como a vida religiosa se situa no coração da Igreja, é normal que a crise se manifeste nela com maior intensidade. Acrescentamos que a crise da Igreja encontra-se estreitamente ligada a uma crise da humanidade. Está em gestação um novo

tipo de homem: um homem seguro da sua própria responsabilidade, secularizado, que procura um pleno desenvolvimento da sua liberdade e da sua autonomia. O progresso da técnica e da ciência oferece-lhe os meios para remediar por si mesmo muitos males sem ter que recorrer, como noutros tempos, à Igreja. As igrejas estão a tentar, com muitas dificuldades, abrir novos caminhos para esta humanidade pela qual se deixaram surpreender, talvez porque estavam demasiado confiadas em si mesmas. E as comunidades religiosas — guiadas por um ideal apostólico — estão vivendo no plano que lhes compete esta procura, bastante grave quanto às conseqüências e tão freqüentemente marcada pelo fracasso.

Isto se acentua se se tem em vista que a crise das Igrejas põe em discussão ou em dúvida questões essenciais da fé. As “ciências incertas” semeiam nos cristãos lúcidos questões difíceis. As respostas a estas questões nem sempre são aceitas devido ao seu caráter demasiado superficial. Então, quando se começa a tocar em certos aspectos centrais do Evangelho — eu não falo do secundário a que no passado se deu uma importância pouco qualificada e demasiado exagerada — ataca-se o eixo ao redor do qual se constrói o “projeto” religioso. Para quê consumir uma existência radicalmente pelo Evangelho “se este não está tão seguro como até então se supunha”?

Mas a crise tem outras causas, algumas das quais dependem da imagem que no passado se deu à vida religiosa, com a qual permaneceu e se estereotipou. Vou assinalar algumas dessas causas:

Primeiro, certa maneira de ver o mundo, de fugir dele como se fosse origem do mal e fonte inevitável de corrupção. Como conciliar esta atitude com a descoberta do verdadeiro lugar do mundo no desígnio de Deus? Além disso, as comunidades formaram-se freqüentemente com uma visão demasiado “espiritualizadora” (angelista) do homem. Só se teve em conta o espírito, a alma, esquecendo que o corpo também pertencia à profundidade da pessoa e que a grandeza da pessoa e a sua função dependiam igualmente do corpo. Daí os sobressaltos atuais e o inevitável mal-estar numa época que reabilita o lugar (função) do corpo. Certos religiosos têm a impressão de que a sua “espiritualidade religiosa” é um nadar contra a corrente.

Notemos também — se bem que isto não seja válido para todos os Institutos — certo estilo de autoridade, e um modo de conceber a vida em comum numa dependência muito minuciosa e detalhada que impedem a realização de certos valores pessoais, fato que esteve em vigor até aos nossos dias. Então, toda a educação contemporânea e as aspirações mais profundas da sociedade vão em sentido contrário. Certa teologia da obediência que confunde a obediência com um adormecimento da responsabilidade pessoal marcou nas comunidades uns sinais nos quais elas correm o risco de estereotipar-se perante os olhos dos nossos contemporâneos: os sinais de um homem no qual não se conhece a nova humanidade que está aparecendo sob os nossos olhos. E os jovens religiosos constataam com grande sofrimento esta desproporção.

Por outro lado, a maioria das comunidades que nasceram nos últimos tempos concentraram-se em "instituições" (escolas, hospitais, etc.). A situação social e o serviço aos homens exigiam-no. Que fazer hoje? Por uma parte, a diminuição dos efetivos obriga, se se querem manter essas obras, a esgotar os religiosos com horários desumanos, ou a converter-se em "patrões" (o que leva ao risco de as comunidades se colocarem ao lado dos poderosos). Por outro lado, a sociedade civil está a tomar a seu cargo cada vez mais estes setores (da nossa atividade). Há um século, para poder ir ajudar socialmente os africanos era quase necessário entrar numa comunidade missionária. Hoje não.

E necessário situar estas causas que lhe estou dando sem pormeno-

res, no pano de fundo do que constitui igualmente uma causa séria de mal-estar: o modo segundo o qual os cristãos entendem servir a humanidade de hoje em diante. Cada vez compreende-se mais o compromisso "sócio-político" (no sentido amplo da expressão). Frente a esta visão — muito exigente — o compromisso propriamente religioso parece a muitos, menos integral e como que opondo demasiadas barreiras a uma real encarnação nos problemas que se apresentam ao mundo de hoje. Como se pode então pensar, tal como o havia ensinado a teologia dos "conselhos" opostos aos "preceitos", que a vocação religiosa seria a vocação à perfeição da vida evangélica, ou que haveria um carisma do "mais perfeito" próprio para os religiosos?

DIFERENÇAS ENTRE RELIGIOSOS E RELIGIOSAS

Pergunta: P. Tillard, acredita que a crise afeta por igual religiosos e religiosas, ou pensa que existem diferenças importantes? Não crê, por exemplo, que as religiosas estão já mostrando mais disponibilidade e mais possibilidade "reais" de renovação que os religiosos? A que fator atribui tal diferença?

Temos de reconhecer que as comunidades femininas entraram com fervor na renovação. A sua generosidade e o seu sentido de obediência às diretivas da Igreja tiveram ocasião de revelar-se. É verdade, contudo, que em bastantes Institutos femininos a necessidade de renovação era mais urgente que no con-

junto das congregações masculinas. Às vezes, uma preocupação demasiado acentuada para as coisas pequenas, um apego exagerado a detalhes, um medo do risco, a submissão a leis feitas não raro por homens pouco ao corrente dos costumes femininos tinham obscurecido por vezes o essencial. Os homens, por seu lado, já haviam "mitigado" a lei.

As comunidades masculinas vêem-se, às voltas com outros problemas: a crise do ministério sacerdotal. Entre as religiosas, sob este aspeto, a situação está mais clara. Enquanto que muitos religiosos se fizeram religiosos para serem sacerdotes, entre as religiosas a opção fundamen-

tal tem estado sempre eivada de equívocos. Acrescento que a "virgindade", a atenção a Deus, a necessidade inata de entrega desinteressada parecem mais próprias do temperamento feminino que do masculino. Isto atenua nas religiosas uma grande parte da crise atual.

Contudo — e sem querer fazer de profeta de desgraças — parece-me que a evolução atual de "pro-

moção da mulher" vai fazer nascer nas comunidades femininas novos problemas que vão exigir respostas bastante radicais. E estas colocarão em questão muitas formas atuais e diversas outras tradicionais. A evolução das comunidades femininas terá de fazer-se em uníssono com a evolução da situação da mulher. Estarão dispostas a fazê-lo todas as comunidades?

SOBREVIVERÁ A VIDA RELIGIOSA? O MEDO DO RISCO PODE MATAR-NOS?

Pergunta: Falando sincera e cruamente, que possibilidades "reais" vê de renovação e sobrevivência das Instituições atuais da vida religiosa? E, em todo caso, qual será o preço duma renovação autêntica?

Antes de mais nada quero repetir-lhe a minha convicção sincera: a vida religiosa, considerada no seu PROJETO, está intimamente ligada à seiva da Igreja, para que possa desaparecer. Não falo das suas formas, muito relativas, mas da sua intenção profunda. O radicalismo evangélico procura sempre penetrar na vida do Povo de Deus. O reaparecimento de comunidades religiosas vivas nas igrejas protestantes é um sinal. E eu não penso simplesmente em Taizé. Penso sobretudo nas comunidades anglicanas e luteranas, menos conhecidas, mas igualmente significativas. Por outro lado, as grandes reviravoltas da vida religiosa seguiram-se geralmente às renovações, experimentando crises que, em muitos pormenores se asse-

melham às atuais. Embora à primeira vista pareça ir contra, o movimento comunitário atual é, a seu modo, uma procura e uma verdadeira renovação de certos valores fundamentais da vida religiosa.

Todavia o perdurar de comunidades que encarnem o PROJETO religioso não poderá realizar-se sem uma profunda transformação das formas atuais. Por outro lado, a transformação do mundo está já demasiada para que possamos voltar ao passado. E isto é válido para a vida religiosa, como também o é para outros gêneros de vida eclesial. É uma questão de vida ou de morte.

O senhor pergunta-me se vejo possibilidades reais no âmbito da situação atual. Quer dizer, se vejo pontos de apoio que possam suportar esta transformação. Respondo-lhe que sim. Mas com a condição de que se perca o medo de ser claros. Esta certeza refere-se de um modo particular a dois pontos: em primeiro

lugar, é evidente que no futuro o número dos religiosos sofrerá um assinalável decréscimo. Não há motivo para ficar triste nem para estranhar. Talvez soframos atualmente de uma "inflação" quanto ao número de profissões religiosas em relação às verdadeiras vocações. É a consequência de uma cristandade que está a desaparecer. Além disso, está claro que só homens e mulheres, convictos em sua fé, de forte personalidade cristã, impulsionados verdadeiramente pelo Evangelho, pensarão neste tipo de vida.

Portanto, estas duas constatações — número reduzido, mas fortes personalidades cristãs — implicam uma espécie de metamorfose progressiva no estilo das nossas comunidades. E isto não pode realizar-se sem sofrimento. Se de fato se procura não desencorajar as forças vivas que entram — raras, mas de fortes personalidades — será necessário deixar-lhes toda a margem de criatividade de que necessitam. Sem isto, ou as esterilizamos ou as desiludimos e acabarão por afastar-se.

Contudo, não temos o direito de abandonar ao acaso os religiosos ou as religiosas de mais idade, que para permanecerem fiéis sentem ainda a necessidade de formas menos novas, mais adaptadas à sua experiência, à sua mentalidade, ao ambiente no qual se comprometeram. Daqui surge a necessidade de certo pluralismo.

Talvez se pudesse pensar em alguns agrupamentos entre congregações (seria necessário precisar o seu estatuto) para permitir, em forma transitória, a criação de sérias célu-

las de procura. Num período de rápida transformação como o que estamos vivendo, creio que esta exigência se imporá. E temos que admiti-lo. Existem atualmente em muitos Institutos formas vivas, verdadeiramente evangélicas, desejosas de comprometer-se com o PROJETO religioso, para a Igreja de hoje. Estão em sintonia com o nosso tempo. Mas não são a maioria (e é normal). O bloco principal é constituído por outras pessoas, também convictas, mas formadas numa mentalidade diferente. "Aniquilamos o Espírito" se não permitimos a essa pequena minoria atualizar o seu projeto religioso em função das exigências cristãs de hoje. Matando a vida que está a crescer, mataremos também aquilo que queremos manter a todo o custo. O medo do risco matar-nos-ia a nós mesmos.

Quais são os sinais atuais da transformação de que falo? Vejo apenas alguns, porém, muito tímidos, mas capazes de fazer perdurar a vida religiosa: um novo estilo de autoridade e de relações fraternas (não confundamos com o laxismo de uma existência sem estruturas), um esforço para conciliar as aspirações comunitárias com as aspirações pessoais, a distinção entre "comunidade de vida" e "equipe de trabalho", a inserção nos verdadeiros problemas de comunidade, o surgir de pequenos grupos nos quais membros de diversas congregações se encontram reunidos para uma missão comum ou uma mesma "espiritualidade", e, acima de tudo, a necessidade de uma verdadeira descoberta de Cristo, para além de tudo o que nos está condicionado.

AS NOSSAS COMUNIDADES DEVEM EVOLUIR

Pergunta: Que lhe parece de melhor para o futuro da vida religiosa: trabalhar na renovação das estruturas existentes ou procurar novas formas de vida religiosa?

O problema, posto como alternativa, parece-me mal posto. Se têm que nascer novas formas de vida religiosa que nasçam com a espontaneidade própria das obras do Espírito. Talvez se pudessem orientar para essas, com mais flexibilidade do que o permite a legislação atual, certos religiosos que se encontram descontentes no Instituto em que professaram. Mas também é necessário que as Congregações atuais assumam, pouco a pouco, um novo aspecto.

Uma das principais funções dos superiores maiores (atuais) desses Institutos parece-me que consiste em ter uma visão elástica, inteligente, de modo a permitir uma evolução real. A palavra evolução diz muito mais do que a palavra adaptação. Esta última nunca me agradou. A evolução exige que se mantenha a

mesma linha — se se trata do carisma e da sua implicação no Evangelho — e a aceitação de novas formas necessariamente diferentes das primitivas, embora derivadas delas. As nossas comunidades devem evoluir, quer dizer, recusar duas soluções fáceis: o apego míope às formas do passado que as transformaria em “vestígios” de uma época fora de moda, e a recusa pura e simples do passado, o que levaria à aventura para algo que de religioso só tem o nome. Nem apego nem recusa, mas caminhada corajosa para a frente.

Mas é natural que a evolução se realiza sob uns alvéolos o que proporciona a existência de muitas incógnitas. Temos que deixar que os artífices desta evolução sejam a vida, a experiência quotidiana, juntas com o espírito de Deus. É impossível, portanto, traçar grandes planos de conjunto, ou querer unicamente determinar o que é definitivo. A “pobreza em espírito” toma hoje, para toda a coletividade, esta forma de incerteza. E temos que aceitar este fato com muita serenidade.

FERMENTO NA IGREJA E NO MUNDO

Pergunta: Não pensa que a autêntica renovação evangélica da vida religiosa deve ser realizada mediante o inserir-se na vida da Igreja e na vida real, humana e social, dos homens? Acredita que a vida religio-

sa deve sair finalmente daquele isolamento a que estava reduzida?

Estou de acordo. A vida religiosa terá de encarnar-se nas formas novas da existência humana. É uma

das leis principais da sua evolução. Entre as causas da crise atual, sublinhei o aparecimento de um novo tipo de homem e a desproporção a que está dando origem. Temos que acrescentar que a vida religiosa, ordinariamente, afastou-se por sua vontade da comunidade cristã, e mesmo da comunidade eclesial, pela sua forma de vida. Os religiosos quiseram estar "separados", e isto apesar de sempre terem trabalhado a serviço da sociedade humana (ensino, hospitais, investigação científica). A evolução de que falei antes está aqui concretamente definida.

Evidentemente, não devemos ser simplistas. Para poder ser ela mesma, a comunidade religiosa tem que adquirir uma configuração muito pessoal e tem que encontrar-se como comunidade. Devem viver verdadeiramente, no seu íntimo, o **cor unum et anima una**, encarnando-o num tipo de vida preciso e particular. Para o que se exige certa margem de intimidade. Tudo o mais não passaria de palavreado.

Mas esta "comunidade" tem que construir-se de modo concreto e real, em "comunhão" com toda a comunidade cristã. Noutros termos, não pode consentir em transformar-se numa "ilha". Não pode sentir-se no vértice da comunidade cristã, nem na sua periferia, nem como um corpo estranho, mas no pleno centro da **Koinonia** evangélica. É este o seu lugar.

Isto exige, sobretudo nos termos de hoje, umas atitudes concretas. Vou dar alguns exemplos: por que, sobretudo aos domingos e dias festivos, não participar na Eucaristia

Paroquial, em lugar de ter uma missa "para si"? Por que (falando também das religiosas) não tomar parte nos grupos de estudo que se estão formando por toda a parte? Por que não participar em certos acontecimentos importantes da vida cívica?

De um modo mais radical: por que — religiosos e religiosas — não se comprometem nas instituições propriamente civis, como os outros cidadãos cristãos? O fato de pertencer a uma comunidade religiosa não deveria cortar os laços que unem o religioso aos problemas e às inquietações da sua comunidade humana. Pelo contrário, ele, que por profissão, é um "especialista" da comunidade, deveria ter como ideal, irradiar à sua volta essa experiência que está no centro da sua vida.

Fala-se muito de "função profética" da vida religiosa. Parece-me que é neste campo da comunidade humana que o profetismo tem que se exercer, hoje.

Por toda a parte, com efeito, se ouve o convite para experimentar a "fraternidade". E este convite dirige-se não só às Igrejas mas também a setores mais amplos da sociedade. Os religiosos deveriam compreender que se trata de um sinal do Senhor. Não para tentar utilizar esse movimento em proveito pessoal, o que seria odioso, mas, pelo contrário, como o fim de procurar animá-lo e servi-lo.

Contudo, — e volto ao meu ponto de partida — isso exige que na própria comunidade se esforcem por viver entre eles, de um modo autêntico, a fraternidade evangélica: in-

fundindo-lhe nela as inquietações da comunidade humana e o desejo da “comparticipação” de que se falava acima. E tudo isto não poderá realizar-se sem um exame sincero da nossa maneira de agir. De um modo particular quero insistir na necessidade de um verdadeiro pluralismo que admite, no interior de uma autêntica “comunhão” de caridade, pontos de vista diferentes sobre os problemas humanos e, às vezes, compromissos diferentes. Porque a

comunhão não se confunde com a uniformidade nem com o fato de pensarem todos da mesma maneira. A liberdade pessoal tem que ser respeitada. Como poderiam, algumas personalidades fortes, aceitar aquilo que não são? Para poder irradiar fora, a “comunidade” religiosa tem que aprender a encarnar na sua vida diária uma “reconciliação” que não se confunda com a negação das liberdades fundamentais da pessoa humana.

COMPROMISSO SOCIAL E POLÍTICO

Pergunta: Quando se sublinha a dimensão política do Evangelho e da fé, não seria necessário estudar o modo de viver a vida religiosa no compromisso social, político e revolucionário? Que pensa, P. Tillard, acerca disto?

O problema é muito delicado. Num momento em que também na Igreja se discute o problema, seria prematuro demais querer tirar já conclusões para a vida religiosa.

De alguns meses a esta parte, no fim de um congresso ecumênico em que se havia discutido este problema, sob todos os aspectos, acabamos por afirmar que seria necessário um acordo prévio acerca das noções de “revolução” e de “compromisso político”. Porque cada um as entende à sua maneira. . .

Um ponto, porém, parece-me claro, e eu abordei-o no meu artigo sobre a “pobreza religiosa”. O voto de pobreza religiosa, entendido na sua

dimensão evangélica, e nas perspectivas do anúncio do Reino, obriga todos os religiosos a fazerem sua a causa dos pobres, dos fracos e dos oprimidos. Os sinais da vinda do Reino, nos Evangelhos e nos Atos dos Apóstolos, são o fato de Jesus ter saciado os famintos, curado os enfermos, e afastado a miséria.

Por outro lado, muitas comunidades formaram-se para o serviço “gratuito” dos pobres. Mas o que acontece hoje?

Atualmente, pelo menos nos países ocidentais, a esmola, a ajuda aos pobres tem que enveredar por outro caminho. Já não se pode tratar somente de distribuir o supérfluo. Nem sequer se pode contentar em cuidar e sarar as feridas causadas pela sociedade ou pela repartição das riquezas. Temos de ir às profundezas desses males. Aqui se insere o compromisso social e político (no sentido atual que a teologia lhe confere). No que diz respeito à participação dos religiosos neste compro-

misso, ao menos estou seguro duma coisa: os religiosos devem evitar qualquer tipo de cumplicidade com os que resistem aos esforços por desenraizar os males sociais. Devem, pelo contrário, abraçar com alegria toda a iniciativa que lhes parece exigência da justiça e do amor. Como é possível que eles, tendo abraçado livremente a pobreza, não se sintam levados a fazerem-se porta-vozes dos "verdadeiros" pobres? E aqui temos que tomar o termo pobreza em toda a sua amplitude.

Quando têm que trabalhar ao lado dos "poderosos" e dos "ricos", teriam que tomar a peito o despertar nestes as suas graves responsabilidades para com a justiça social e o sentido de um amor "realista" aos irmãos. E este é um modo privilegiado de poder praticar nos seus confrontos a caridade evangélica.

Além disso, parece-me que as comunidades deveriam pensar em dedicar a sério e totalmente alguns dos seus membros ao serviço efetivo e desinteressado dos mais pobres, a um trabalho de desenvolvimento social em nome do Evangelho.

Evidentemente que não se trata de impulsionar todos os religiosos a empunhar todas as bandeiras vermelhas ou a apoiar sem discernimento todas as contestações e todas as reivindicações. É menos ainda o converter-se em propagandistas de calúnias ou juízos sem fundamento. Os seus juízos devem ser bem formados.

Mas, quando a injustiça é um fato, quando os pobres são oprimidos, ou quando outros homens se levantam para salvaguardar os direitos humanos, os religiosos seriam infiéis à sua vocação se cruzassem os braços ou se calassem. Já não seriam SINAIS PROFÉTICOS do Evangelho do Reino.

CONVERSÃO PESSOAL SEM RENOVAÇÃO DE ESTRUTURAS?

Pergunta: Para renovar a vida religiosa teríamos que considerar, como tarefa primeira, mais urgente e principal, a renovação da fé dos religiosos e religiosas. Mas esta afirmação esconde um equívoco e um perigoso engano que é: "o mais importante é a conversão das pessoas e a sua vida de fé"! Não é este argumento que alguns religiosos "utilizam" para defender as estruturas, para não abordar radicalmente o problema das estruturas?

Parece-me evidente que a atenção à fé deve ocupar o primeiro lugar na renovação da vida religio-

sa. Mas o perigo a que você acena é um fato real. Pensa-se que a conversão pessoal, o fervor, a generosidade renovada bastam. Entretanto, esquecem-se os grandes problemas postos pelas estruturas, os comportamentos coletivos, os modos demasiado estreitos de conceber o apostolado comunitário. Quando falo de "reconversão à fé e ao seu dinamismo" não me refiro a uma espécie de salto no vazio, no absurdo. Falo, antes, de uma adesão consciente ao Evangelho e a Jesus Cristo. Esta adesão, longe de conduzir à aceitação incondicional de qualquer coisa, exige,

um juízo crítico sobre o que se põe ao serviço da fé. Esta falta de visão crítica foi, precisamente no passado, um dos dramas das comunidades religiosas, sobretudo, femininas. Havia a tendência para reduzir tudo ao mesmo plano de igualdade; tanto o essencial como o secundário, a fé e a devoção, o autêntico e o duvidoso. Nada de mais interessante do que dar uma vista de olhos pelas bibliotecas das comunidades. São numerosos por lá os livros de piedade e os tratados de pseudo-teologia. Como é que se pode julgar criticamente, com semelhante alimento doutrinal, as estruturas e os métodos? E como é que se pode aceitar serenamente as descobertas da exegese e da teologia?

Acaba-se por ser como canas que se inclinam a todos os ventos, passando de um excesso a outro, sem saber o porquê.

OS RELIGIOSOS, SINAIS DO PAPEL DA FÉ NA REALIZAÇÃO HUMANA

Pergunta: Finalmente, P. Tillard, na atual crise geral de renovação da fé, que funções crê que deveriam desempenhar os religiosos?

Creio que os religiosos — cada vez mais misturados com os outros homens no trabalho quotidiano e nas preocupações da comunidade cristã — deverão ser sobretudo os **sinais existenciais da relação da Fé com a realização do homem**. Terão que mostrar que o enraizamento da vida no radicalismo evangélico **longe de ofuscar a alegria e a plenitude humana, encontra-se em harmonia com elas**.

A renovação da fé, que radicalmente se exige hoje de todos os religiosos, implica uma formação para a lucidez da fé e para o critério. Só a este preço se pode adquirir aquela serenidade que permita avançar na linha do progresso, sem renunciar por causa dele, ao essencial.

De outro modo, o “radicalismo evangélico” de que falo, poderia correr o grave risco de se confundir com aquela grande calamidade “eclesiástica” que é o “integrismo”. Seria muito grave — e seria a sua condenação à morte — se as comunidades religiosas se tornassem forças de resistência, oposição aos esforços do Povo de Deus para tornar o Evangelho mais concreto e viável no mundo que se está a construir. Converter-se-iam em pergaminhos de museu e já não seriam sinais visíveis da Boa Nova.

Na situação atual da Igreja isto parece-me muito importante. Uma vida que quer situar-se no coração da fé tem que revelar como a fé “realiza” o desejo profundo do homem, orientando-o ao mesmo tempo para Deus e para o serviço dos seus irmãos, dando-lhe a medida da felicidade que esta vida lhe pode conferir. Mas uma felicidade real, marcada, como toda a felicidade humana, com as cicatrizes do sofrimento e da luta. Não se trata de sonhos cor de rosa e infantis de uma felicidade de opereta. Uma felicidade adulta, de homem ou de mulher que não naufrague na procura

ingênua de uma existência sem dificuldades, sem decepções ou sem lágrimas. Só uma felicidade desta espécie é válida. Só ela pode proclamar o senhorio de Cristo e o seu impacto sobre o homem.

Será necessário acrescentar que as comunidades religiosas oferecem aos seus membros condições de vida tais que permitem encontrar verdadeiramente este gênero de felicidade?

Convém observar aqui que é necessário evitar duas espécies de caricaturas. Por um lado, a caricatura que apresenta a comunidade "fúnebre", que ainda existe. Nela tudo é sombrio, triste como se tivesse saído de um mundo à parte, parece a antecâmara do purgatório; basta entrar nela para que se esmoreça o sorriso e acabe a alegria. Por outro lado, a caricatura que apresenta a comunidade "play-boy" que está aparecendo aqui e além. Trata-se de uma comunidade de vida fácil, de "pobres por causa do Reino" que possuem tudo o que querem, de homens e de mulheres sem preocupações, que esqueceram que escolheram livremente "seguir a Cristo" por um caminho difícil. Numa palavra, uma comunidade "mentirosa", onde falta o impulso para a generosidade

e onde só se pode desenvolver um tipo de homem desprezível, **que foge à maior de todas as responsabilidades: a de ser sincero consigo mesmo.** O absoluto de Deus, o "único necessário", a obediência à sua vontade devem aparecer como a chama que alimenta a vida religiosa. Antes de mais, o serviço de Deus.

Vejo igualmente outro nível da influência dos religiosos no Povo de Deus. Sobretudo de há cerca de uns dez anos para cá, o Povo de Deus atribui muita importância às funções da Igreja e ao seu papel no serviço dos homens.

Temos que nos congratular por isso. O Povo de Deus volta a descobrir como tem que caminhar com todos os homens num esforço comum para o progresso, justiça e libertação.

O perigo contudo está em que se chega a esquecer ou a descuidar a relação com Deus que é o que dá sentido a esse compromisso. Se os religiosos estão em plena comunhão com seus irmãos cristãos — comprometidos também em certas tarefas humanitárias então eles recordam a estes cristãos essa referência a Deus, indicando-lhes ao mesmo tempo o significado dos seus esforços.

No dia 30 de maio será comemorado o X Dia Mundial das Comunicações Sociais. CONVERGÊNCIA publica algumas considerações a respeito, feitas pela Comissão Pontifícia para os Meios de Comunicação Social.

X DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS

Reflexões sobre o tema

As comunicações sociais perante os direitos e os deveres fundamentais do homem

Por ocasião do Ano Santo, a Igreja chamou todos os seus fiéis a tornarem-se obreiros da reconciliação no íntimo do próprio coração e na sociedade a que pertencem, quer local e nacional, quer mundial, convidando todos os homens a reconhecerem-se como irmãos e a colaborar para o comum destino temporal e eterno.

Àqueles que não conhecem a Cristo ou ainda não receberam a Sua Mensagem, a Igreja dirige-se em nome dos valores naturais, comuns a todos os homens, exortando-os, com a palavra e com o exemplo, a tomarem ou a retomarem consciência da importância do patrimônio do passado, e a construir juntos um futuro melhor, orientando todo o progresso tecnológico e cultural para

a promoção de valores e de estruturas sociais conformes com a dignidade da pessoa humana.

Para que a profunda experiência vivida durante o Ano Santo seja atuada pela geração que prepara a humanidade do ano 2000, são necessários uma compreensão melhor, uma observância mais estrita e um empenho mais corajoso no campo dos direitos e deveres fundamentais do homem.

A recente alusão de Paulo VI à "aumentada consciência das necessidades espirituais e morais do mundo moderno" (**Alocução da Audiência Geral de 7 de Janeiro**) coloca em foco o tema do Dia Mundial das comunicações sociais deste ano: **As deveres fundamentais do homem.**

Este tema pressupõe, por parte dos meios de comunicação social, um anúncio constante do ideal de vida que a sociedade moderna se esforça por buscar, na intuição de poder fundar o próprio progresso e o rumo da própria história sobre algo de fundamental que todos os homens possuem, procuram, reivindicam, tendem para alcançar.

Os valores naturais no coração do homem são o sinal indelével de Deus Criador, sinal que é o mesmo, em toda a parte, condena a iniquidade e a injustiça onde quer que elas se manifestem, e faz amar o bem e detestar o mal. Trata-se de uma lei não escrita, universal, imutável, cuja existência foi pressentida mesmo na idade pré-cristã, como se conclui de grandes testemunhos literários como a **Antígona** de Sófocles e o **De legibus** de Cícero. É uma lei que o cristianismo tornou mais evidente e empenhativa com a mensagem do Evangelho.

Também o homem moderno presente, embora com matizes diferentes, esta lei universal, este cunho de Deus Criador, procurando, de modo mais ou menos completo e feliz, expressá-lo em Declarações e Pactos internacionais, como, por exemplo, a **Declaração Universal dos Direitos do Homem** proclamada pela Assembleia das Nações Unidas a 10 de Dezembro de 1948, ou a mais recente **Declaração sobre os princípios que regem as relações entre os Estados participantes**, assinada na Conferência de Helsínqui, a 1 de Agosto de 1975.

O esforço, não raro tormentoso e difícil, por parte da humanidade, de fazer aceitar universalmente os di-

reitos fundamentais do homem — como o respeito pela vida humana desde o primeiro momento da sua existência, o direito aos meios de subsistência, o desenvolvimento da personalidade e da cultura, a liberdade nas relações individual e social com Deus — tem sido continuamente encorajado, estimulado e facilitado pela Igreja, como o confirmam inúmeras intervenções dos Sumos Pontífices e os grandes ensinamentos das Cartas Encíclicas **Pacem in terris** e **Populorum Progressio**.

Não basta, porém, a simples proclamação dos direitos fundamentais, embora ela continue a ser extremamente importante; é necessária a efetiva observância desses direitos. Um olhar sobre a situação política, social e econômica do mundo de hoje será suficiente para verificar que existem Estados, comunidades e indivíduos que não observam os pactos com que se vincularam, nem respeitam os princípios a que formalmente aderiram. Essa inobservância traduz-se, umas vezes, na injusta coerção das liberdades fundamentais, e outras, no absentismo que leva ao abuso das liberdades existentes, vindo conseqüentemente a faltar o respeito pelos direitos e pelas liberdades dos outros e a salvaguarda pessoal, da ordem pública e do bem-estar geral.

A proclamação dos direitos, embora com freqüência eles não sejam observados, é, de modo geral, bem acolhida pela opinião pública, mas corre inevitavelmente o risco de ficar só no papel, enquanto à proclamação e à "conscientização" dos direitos fundamentais não corresponder a proclamação, com iguais energias e insistência, dos deveres correlativos

a esses direitos do homem. Qualquer observador dos problemas contemporâneos da opinião pode facilmente notar como, a começar pela educação na família e na escola, e depois na vida civil e política, se afirmam o conceito e a especificação dos **direitos** de preferência ao conceito e à especificação dos **deveres**. Esta desproporção não só é ilógica mas prejudica gravemente o progresso individual e social. Os termos do binômio **direito-dever** são inseparáveis; representam uma relação fundamental, em virtude da qual, dos direitos nascem deveres e vice-versa, e só da educação para o dever nasce a educação para o respeito dos direitos.

Esta complexa problemática conduz-nos inexoravelmente ao campo dos instrumentos de comunicação social. No homem, a necessidade de comunicar aparece, de maneira instintiva, já desde o início da vida, quando o despertar da consciência constringe, por assim dizer, a buscar uma relação. O recém-nascido — que não fala porque é ainda incapaz de articular palavras — tenta fazer-se entender de outros modos por quem lhe está próximo; chegado à maturidade, aspira, mais fortemente ainda, a esta comunicação, e apenas encontra a possibilidade de comunicar através dos meios que lhe permitem entrar em contato com a sociedade inteira, atinge um novo grau de cultura e de civilização.

O jornalista, o responsável de programas radiofônicos ou televisivos, o autor cinematográfico, conhecem bem a profunda satisfação que se apodera do espírito humano ao poder comunicar com os outros em tão larga medida, mediante os instru-

mentos de comunicação social, e descobrem facilmente a nobre aspiração de poder usar esta maravilhosa possibilidade não só para fins de lucro, de polêmica ou de divertimento superficial, mas para proporcionar ao homem algo de profundo e duradouro.

Se nos enunciados se pode estabelecer uma hierarquia, a comunicação surge como o veículo indispensável para a formação da personalidade, da comunidade civil, das culturas, e conseqüentemente também ela se torna um direito-dever, ao qual não nos podemos subtrair. Isto é sempre verdadeiro, mas torna-se particularmente verdadeiro quando se trata de contribuir, através do intercâmbio de informações, para levar os homens a tomarem plena consciência dos próprios direitos e deveres fundamentais e de os ajudar a reencontrarem os recursos morais necessários para que na vida de cada um sejam respeitados os direitos e cumpridos os deveres fundamentais.

Diz-se que os meios de informação de hoje fazem com que o operário conheça, melhor do que lhe era possível em tempos passados, as angústias e as necessidades do mundo. Esta afirmação realça bem o papel da informação na formação da consciência do mundo. Por isso foi que o Concílio Ecumênico Vaticano II insistiu com tanta energia no dever e no direito da informação, considerando-os fundamentais para o homem (**Decreto "Inter mirifica", 5; 44 ss.**).

Mas não será inútil, especialmente por ocasião deste **X Dia Mundial**, sublinhar o dever que têm os responsáveis dos meios de comunicação

social — e que corresponde a um preciso direito fundamental dos leitores, ouvintes e espectadores — de **ajudar** o homem a enfrentar os próprios deveres, na escola, na família, no trabalho e na vida pública. Hoje em dia, o homem é realmente ajudado pela imprensa, pela rádio, pela televisão e pelo cinema, a enfrentar os próprios deveres? Seria difícil podê-lo afirmar. Pois, consideradas as circunstâncias de cada País e de cada círculo cultural, pertence aos organizadores do Dia Mundial ver o que pode fazer-se para levar os homens da comunicação a refletirem de novo na sua própria responsabilidade e a reverem a própria atitude.

O tema do **X Dia Mundial** sugere, por fim, ao cristão, ao filho da Igreja, um aspecto particular no campo das comunicações sociais e dos direitos fundamentais. Nós recebemos o mandato de comunicar a Revelação como Jonas o recebeu de Javé (“Vai a Nínive, á grande cidade, e apregoa a mensagem que eu te ordenar” — Jón 3, 2). Para nós, o mandato de Cristo, de ir pelo mundo, prolonga-se no sacerdócio comum dos fiéis e está implícito na profissão

de fé do cristão, que segue humildemente as pegadas de João Batista para comunicar a Palavra, o Verbo feito carne (Jo 1, 1-18), pois como diz S. Paulo, “Deus... confiou-nos o ministério da reconciliação, porque, em Cristo, reconciliou consigo o mundo” (2 Cor 5, 18-18). Conseqüentemente, o comunicador cristão é, por encargo recebido de Cristo, um embaixador ao serviço da Mensagem de Deus.

Por seu lado, neste serviço que empenha os instrumentos de comunicação social na proclamação e na atuação dos direitos e dos deveres do homem, os católicos deverão encontrar-se na primeira linha, dado que a comunicação social e especialmente a comunicação dos valores humanos fundamentais é, para todos os cristãos, não só um dever mas também um privilégio, originado pela relação de amor que os une ao Pai celeste e que, por sua vez, é fruto do infinito amor que une o Pai ao Seu Verbo Encarnado, amor que tem um nome: o Espírito Santo, “princípio de caridade e de unidade” (**Lumen Gentium, cap. II, n. 9**).

OS BISPOS RELIGIOSOS DURANTE A ÉPOCA IMPERIAL NO BRASIL

Riolando Azzi

Durante a época imperial, a Igreja no Brasil ingressa numa nova fase histórica, que pode ser caracterizada como Reforma Católica, inspirada no Concílio Tridentino. Os fatores principais dessa reforma são os bispos, que decidem iniciar e levar avante com perseverança esse movimento. Daí sua designação como movimento dos bispos reformadores (1). Colaboram com os bispos nessa atividade reformadora diversos institutos religiosos (2), em modo especial os Padres da Missão (3), os Frades Capuchinhos (4) e as Filhas da Caridade (5). Tomaram também parte nesse movimento alguns bispos religiosos, embora nem todos os bispos pertencentes a Ordens e Institutos Religiosos na época imperial tenham participado dele.

Para melhor compreensão do significado dessa participação, convém ter presente o quadro geral das dioceses do Brasil.

Quando D. Pedro I proclamou a independência em 1822, o Brasil tinha apenas uma sede metropolitana, a saber, o arcebispado da Bahia, e mais seis bispados: Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Mariana e São Paulo. Durante o governo de D. Pedro I foram criados os bispados de Goiás e Cuiabá, que anteriormente eram apenas prelazias.

Em seguida, no reinado de D. Pedro II, foram criadas as dioceses de Diamantina, Ceará e Rio Grande do Sul. Desta forma, o Brasil chegou a ter doze circunscrições eclesiásticas na época da proclamação da República.

No período que vai de 1822 a 1889 estiveram à frente das dioceses do Brasil sete bispos religiosos: D. Frei José da SS. Trindade, D. Antônio Viçoso, D. Cardoso Aires, D. Vital de Oliveira, D. Frei Carlos de S. José e Souza, D. Frei Luís da

Conceição Saraiva e D. Cláudio Ponce de León. Podemos incluir também um oitavo nome na série: o bispo D. José Afonso Torres, ex-religioso da Congregação da Missão. Desses bispos, apenas dois eram estrangeiros: D. Frei José e D. Viçoso ambos nascidos em Portugal; os demais eram brasileiros.

Esses bispos religiosos atuaram na direção das seguintes dioceses do Brasil: dois em Mariana: D. Frei José e D. Viçoso; dois em Pernambuco: D. Cardoso Aires e D. Vital; dois no Maranhão: D. Frei Carlos e D. Luís Saraiva; um em Goiás: D. Cláudio, posteriormente transferido para Porto Alegre; e um no

Pará: D. José Afonso. Portanto, somente cinco das doze dioceses do Brasil tiveram à sua frente bispos religiosos durante o período imperial.

Dos oito bispos religiosos, seis tiveram atuação efetiva no movimento de reforma católica. Apenas os dois bispos do Maranhão, D. Frei Carlos e D. Saraiva parecem não apresentar uma atuação efetiva que permita integrá-los entre os bispos reformadores (6).

No presente estudo queremos encarar somente a atuação dos seis bispos que efetivamente tiveram papel relevante no movimento de reforma católica do século passado.

1. D. Frei José da SS. Trindade, bispo de Mariana (1820-1835)

D. Frei José é um dos bispos que merece ser estudado com maior atenção, e ser tirado da obscuridade em que jaz (7).

“Faltou-lhe um biógrafo ao notável antístice”, escreve com muita razão o cônego Trindade. E acrescenta: “houvesse tido o seu historiador, alguém que oportunamente tivesse recolhido para a história os traços mais salientes de sua benéfica, embora obstinadamente perturbada ação episcopal, e sua lembrança não se teria atirado para esse sombrio esquecimento, que tão pouco recomenda a gratidão da diocese por cujo amor curtiu seguidos anos de incomparáveis angústias” (8).

Nascido no Porto em agosto de 1762, iniciou-se nos estudos no seminário episcopal da sua cidade natal. Veio ainda jovem para a Bahia e aos 16 anos ingressou na ordem

Franciscana no Convento de Santo Antônio, onde professou e se ordenou poucos anos depois. Foi sucessivamente professor, mestre de noviços, guardião, definidor, secretário da província e vigário provincial. Fazia quase quarenta anos que residia na Bahia quando recebeu a nomeação para bispo de Mariana. Rezava assim o aviso de D. João VI:

“Ilmo. e Revmo. Sr.

El Rei Nosso Senhor, tendo consideração aos merecimentos, virtudes e mais partes que concorrem na pessoa de V. Revma. houve por bem nomeá-lo bispo de Mariana. O que participo a V.R. para que possa mandar tratar de suas habilitações e expedição da bula de confirmação. Palácio do Rio de Janeiro, 13 de maio de 1818. Tomás Antônio de Vila Nova Portugal” (9).

Depois de muita reflexão, D. José decide aceitar em força da virtude da obediência a que estava ligado. É o que se deduz da carta que ele envia ao procurador de D. João VI junto à Santa Sé, D. Camillo de Rossi, a 5 de abril de 1819.

“Bem longe estava V. S. de ser por mim incomodado — escreve ele — e muito mais estava eu de o fazer, pois que o retiro do claustro da Província de Santo Antônio do Brasil, onde a Providência divina me tinha admitido por benignidade, sou quase obrigado com temor de desobedecer-lhe a sair para o bispado de Mariana. Não pode deixar o meu espírito de assustar-se, e vivo ainda aterrado consultando a minha própria consciência, e peso tão superior às minhas forças, e só a esperança no Senhor que tudo vê e tudo pode, me conforta, se ele não quiser inspirar ao coração de Sua Santidade para que ele se oponha a esta nomeação do Nosso Augusto Soberano”.

Anexa à carta segue um memorial, em que se evidencia o espírito de submissão à Santa Sé do frade franciscano, não desejando tomar atitude alguma de relevo sem a autorização de Roma.

“Para me não singularizar nos trajes e hábitos dos Exmos Senhores Bispos do Brasil — escreve ele — e não fazer a esse respeito, por autoridade própria, a mais pequena coisa das que necessitam licença de Sua Santidade; rogo a V.S. para o uso do roquete, solidéu e do mais que V.S. sabe ser necessário pedir como regular, e conforme o costume deste reino, sobre este objeto”.

E acrescenta:

“Suplico também as faculdades decenais e todas as outras que V.S., pelas luzes, descrição e conhecimento do país sabem ser necessárias e úteis naquele extenso e central bispado de Mariana, porque eu rejeito todas as novidades de opiniões, reconheço as reservas e em tudo quero ser sempre muito unido e obediente à Santa Sé Apostólica Romana”.

E patente nele a reação contra o espírito galicano regalista, e o desejo de fidelidade a Roma tão exaltado pelo Concílio Tridentino. Em seguida faz um pedido que bem identifica seu espírito de religioso franciscano:

“Consta-me que nos móveis que ficaram do falecido bispo acham-se bastantes peças de prata desnecessárias, as quais desejara empregá-las ao serviço das Igrejas pobres, e no socorro dos pobres, porque as reputo supérfluas; as quais são salvas de prata e outras, além das necessárias para o uso dos pontificais e ritos, etc., o que não posso fazer sem licença de Sua Santidade” (10).

Como se vê, frei José, bispo nomeado de Mariana, já vinha para a diocese com o novo espírito que tanto caracteriza os bispos reformadores do século passado. Os fatos que mais caracterizam o seu episcopado na diocese de Mariana são os seguintes: a reforma do seminário diocesano, trazendo consigo religiosos franciscanos para colaborarem com ele; o apoio dado aos padres lazaristas que se instalam no Caraça, e a seguir em Congonhas e em Campo Belo; empenho na reforma do recolhimento de Macaúbas, e visita pastoral da diocese (11).

Além disso, empenho na reforma do clero diocesano. Depois de uma visita pastoral em que passara por Tamanduá, ao chegar a Mariana, tem notícia de que o vigário daquela vila não se conduz regularmente. Escreve então ao vigário forâneo em data de 20 de novembro de 1828:

“...Pondere V.M. qual seria minha dor, e ainda mais ter passado por aí e ninguém me declarar este tão fatal desvario do pastor dessa igreja, para o corrigir e fazer com que entrasse no caminho da verdade, e temor daquele justo juiz diante do qual não valem protetores” (12).

“Homem de fé viva e ardente, escreve o cônego Trindade, foi por isso um propugnador acérrimo dos direitos da Igreja. Tão sensível o seu amor pela Igreja que não sofria sequer a mais pequenina alusão hostil à sua dignidade, às suas leis, aos seus direitos, à sua imunidade”. Em vista das condenações da Santa Sé, atesta um contemporâneo, “a maçonaria no seu entender e conforme a idéia que dela haviam dado era a coisa mais abjeta, mais imoral, mais criminosa que pudesse existir sobre a terra” (13).

Diante da oposição encontrada em sua atividade de reforma católica na diocese, especialmente para levar avante a obra do seminário, D. Frei José chegou mesmo a pensar em renunciar, conforme consta de sua

carta ao núncio, datada de 29 de dezembro de 1830:

“...E se V. Excia achar que verei pedir a demissão de um lugar que não posso preencher devidamente venha outro que encha as obrigações do Sagrado Ministério com agrado do Senhor da Vinha, estou muito pronto a pedi-la, e recolher-me à minha primeira obscuridade, onde possa acabar os últimos dias em sossego e lágrimas” (14).

A respeito, comenta o cônego Trindade:

“Escasseiam-nos documentos para afirmar, mas como falecer deixou D. Frei José o seminário funcionando regularmente, acreditamos que os seus adversários, fatigados e impotentes, largaram finalmente em paz o santo bispo” (15).

Certo é que D. José teve sempre pleno apoio da Santa Sé através da nunciatura, que o considerava um dos melhores bispos da época. Em 1830 Mons. Ostini, Núncio do Brasil, comunicava a Pio VIII que, dos nove bispos do Brasil, dos quais dois ainda não tivera ensejo de conhecer, conquanto fossem pessoas de bem, não eram pastores, excetuando D. Frei José da SS. Trindade, egrégio antístite de Mariana” (16).

O bispo franciscano faleceu em 1835, com 73 anos de idade.

2. D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana (1844-1875)

Enquanto seu predecessor jaz um pouco na obscuridade, o nome de D. Viçoso ao invés se destaca como figura de primeira grandeza no episcopado brasileiro do século passado.

Nascido em Peniche, perto de Lisboa, a 13 de maio de 1787, fez seus primeiros estudos com os carmelitas de Olhalvo de Santarém. Ingressou depois no seminário dio-

cesano, concluindo a teologia aos 20 anos de idade.

Decidiu em seguida entrar para a Congregação da Missão, na Casa de Rilhafoles, professando em julho de 1813. A 7 de março de 1818 D. João VI, preocupado com a catequese dos índios do Mato Grosso, confiou-a aos Padres da Missão. O Pe. Leandro Rabelo Peito e o Pe. Viçoso foram encarregados dessa tarefa missionária, chegando no Rio de Janeiro em fins de novembro de 1819.

Nesse interim, a missão de Mato Grosso fora confiada ao capuchinho Frei Macerata. Decide então D. João VI confiar aos padres lazaristas o santuário de N. Senhora Mãe dos Homens, na Serra do Caraça, conforme o legado recebido do Irmão Lourenço, incluindo o ônus de lá estabelecer uma residência de missionários e um colégio de meninos. O Caraça tornou-se assim o centro da Congregação da Missão no Brasil.

Durante quinze anos o Pe. Viçoso assumiu a direção do seminário de Jacuecanga, em Angra dos Reis. Devendo a Congregação separar-se de Portugal por imposição do governo, o Pe. Viçoso foi constituído seu Superior no Brasil até ser eleito em 1843 para o bispado de Mariana. Escrevendo de Jacuecanga a 1.º de janeiro de 1837 a circular em que comunica a sua nomeação de visitador, ele entrevê claramente a missão reformadora que está reservada para a Congregação no Brasil.

“Que pequena é presentemente a nossa província, escreve ele, constante apenas de vinte e tantos sujeitos, mas que grandes são os desígnios da Providência sobre ela!

Para que altos fins nos conserva, e vai aumentando neste país! Que virtudes requer de nós, que fidelidade à graça da nossa vocação. Deus nos tem colocado em mui melindrosas circunstâncias, e me persuado, requer de nós em sublime grau as virtudes, que nosso santo Pai exige em comum de toda a congregação. No meio dos escândalos públicos, todo o Império tem sobre nós as suas vistas. Os pais de família esperam de nossos seminários a educação cristã de seus filhos, esperança de toda a nação; os senhores bispos e seus vigários exigem de nossa cooperação o adjutório em seu espinhoso ministério. Os pobres nas aldeias, nosso próprio destino, famintos, esperam de nós lhes repartamos o pão da divina palavra”.

E conclui:

“Ó senhores e caríssimos irmãos, que virtudes e que ciência bastarão para o desempenho de tantos deveres nossos! São-nos necessários em casa o silêncio, o retiro, a regularidade de um anacoreta, e nas missões um zelo semelhante ao do santo Xavier” (17).

D. Viçoso foi um bispo reformador por excelência, empenhando-se tanto na reforma do clero, como na restauração da vida cristã entre o povo.

“A restauração da disciplina eclesiástica — escreve o cônego Trindade — importaria naturalmente a transformação social. Mas o senhor bispo, revelando zelo e coragem sobre-humanas, atacou-as a ambas simultaneamente, porque a um tempo cuidou da reforma do clero e desenvolveu ação social maravilhosa. Para

o clero que ia formar, deu-lhe para aqueles tempos o melhor seminário do Brasil, quiçá da Sul América; para o velho clero, estragado pela ruindade dos tempos, teve os comovedores cuidados de um santo. A ação social por excelência de D. Viçoso se desenvolveu pelas suas visitas pastorais, às quais se deve o passo mais largo que Minas já deu para a civilização” (18).

O bispo trouxe para a sua diocese os padres lazaristas franceses, e também as Filhas da Caridade.

À sua escola formaram-se diversos outros bispos, que levaram avante o movimento reformador, entre os quais merecem ser destacados: D. João Antônio dos Santos, bispo de

Diamantina; D. Luís Antônio dos Santos, bispo do Ceará; D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, e D. Silvério Gomes Pimentta, seu sucessor na diocese de Mariana. Com razão pois, ao traçar o perfil dos bispos brasileiros na época do Concílio Vaticano I, o Pe. Rubert escreve:

“D. Antônio Ferreira Viçoso dispensa qualquer comentário, pois na piedade e santidade de vida era o pioneiro, o “ótimo entre os bons”, na feliz expressão do internúncio apostólico de então. Nem em sua idade avançada arrefeceu o zelo das almas e a coragem de apóstolo” (19).

Faleceu em 1875, com mais de trinta anos de fecundo apostolado episcopal.

3. D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Léon, bispo de Goiás (1881-1890)

D. Cláudio nasceu a 21 de fevereiro de 1841 na freguezia de S. Pedro Velho, em Salvador, Bahia. Jovem ainda seguiu para Paris para fazer seus estudos na Escola politécnica. Tendo tido a oportunidade de um encontro com o Pe. João Batista Vianey, o Cura D’Ars, decidiu abraçar o sacerdócio, entrando para a Congregação da Missão. Fez seus estudos na Casa Matriz dos lazaristas, em Paris, ordenando-se sacerdote em 1863.

Voltando ao Brasil, trabalhou inicialmente como professor do seminário de Fortaleza, ao lado de D. Luís Antônio dos Santos, bispo reformador da escola de D. Viçoso. Em seguida veio para o Rio como professor do Seminário de S. José, que

D. Pedro de Lacerda acabava de confirmar aos cuidados dos lazaristas (20).

Eleito bispo de Goiás em 1881, encontrou na diocese o trabalho de reforma iniciado por D. José Gonçalves de Azevedo, que havia sido transferido para a sede metropolitana da Bahia. Como os demais bispos reformadores, D. Cláudio deu importância fundamental às visitas pastorais e à instituição de seminários.

Foi por sua iniciativa que vieram para a diocese os Padres Dominicanos para ajudá-lo tanto nas missões entre o povo como na orientação dos seminários (21). Preocupado com a observância do celibato sacerdotal,

D. Cláudio publicou um documento reservado condenando o concubinato do clero.

“Essa anormalidade eclesiástica, escreve o cônego Fonseca e Silva, D. Cláudio tratou imediatamente de saná-la, atacando-a diretamente por uma circular reservada, dirigida a todos os seus cooperadores. É um libelo talvez muito raro em língua portuguesa, focalizando o assunto dentro da teologia moral e dos santos ensinamentos dos Padres doutores e mestres espirituais. Estuda a gravidade desse pecado, das suas conseqüências morais e espirituais.”

E o cônego Fonseca conclui:

“Vale assinalá-lo, porém, nunca publicá-lo” (22).

Merece especial relevo a realização do sínodo diocesano em 1888, sob sua direção, primeira assembléia sacerdotal realizada durante o período imperial.

“D. Cláudio, após ter conhecido todas as necessidades espirituais e temporais de sua imensa diocese, sobretudo a índole boa e cordata de seus diocesanos, movimentadas e sacudidas todas as freguesias pelas santas missões, concebe e executa o plano de um congresso de todos os seus vigários e sacerdotes jurisdicionados, em a denominação de sínodo diocesano” (23).

Na carta pastoral de 2 de fevereiro de 1887, em que convoca o clero para a assembléia, o prelado dá ênfase como poderoso instrumento de reforma:

“Dentre os meios empregados pelos bispos desde os primeiros séculos do cristianismo, um dos mais pode-

rosos, um dos mais eficazes para produzir a correção dos costumes, a conservação e a perfeição da disciplina clerical, é certo o sínodo diocesano, no qual o prelado diocesano, ajudado das luzes e dos conselhos de todo o seu clero, usando dos plenos poderes a ele dados por N. S. Jesus Cristo, exorta como pai, dirige o clero e os fiéis com seus conselhos, estabelece as leis necessárias ao bom governo de seus diocesanos” (24).

Algumas notícias sobre o sínodo foram publicadas no periódico eclesiástico do Rio de Janeiro, **O Apóstolo**, transcrevendo uma correspondência vinda de Goiás.

“Desde a fundação do Império, escreve o redator da carta, e quiçá desde a descoberta da Terra de Santa Cruz, é o primeiro sínodo que se reúne. Não nos é dado julgar razões que tiveram os Exmos. Srs. Bispos para não executarem as leis da Igreja a esse respeito; folgamos, porém, em podermos felicitar ao digno bispo D. Cláudio José Gonçalves Ponce de León por ter levado a efeito uma empresa tão difícil que parecia impossível”.

O redator desconhece evidentemente o primeiro sínodo da Bahia, efetuado em 1707. Apresenta a seguir as dificuldades para a realização dessa assembléia.

“Com efeito a diocese de Goiás, que compreende a província do mesmo nome e parte do sul de Minas conta 500 léguas do norte ao sul; não há nesta extensão toda uma única estrada de ferro; por conseguinte, os sacerdotes não tinham outro meio de transporte senão os cabeçudos e morosos burros...

Muito satisfeito teria ficado este zeloso prelado se, ao abrir o sínodo, tivesse achado ao redor de si uns vinte sacerdotes, tantas e tamanhas eram as dificuldades para eles se reunirem. Qual não foi o seu júbilo, quando viu-se rodeado por 39 membros do clero, e entre eles muitos vindos de 60, 80, 100, 130, 150 léguas, que pressurosos, acudiram à voz do seu pastor sem atenderem a despesas, a doenças, à idade, a incômodos de toda a sorte”.

O correspondente ressalta ainda a importância do bispo como autor dos estatutos sinodais:

“A ocasião em que o senhor bispo tornou-se mais digno da nossa admiração e da nossa estima foi quando, nas sessões preparatórias, fez a leitura dos estatutos sinodais, em cuja redação tinha empregado dois anos de um trabalho afanoso e incessante” (25).

No sínodo diocesano D. Cláudio volta a impor com firmeza a lei da continência clerical. Convém recordar finalmente sua adesão ao bispo do Pará na luta pela liberdade da Igreja contra o regalismo imperial. Quando D. Macedo Costa publicou em 1886 o volume **A Questão Religiosa perante a Santa Sé**, enviou-lhe um exemplar. D. Cláudio agradeceu-lhe mediante a seguinte carta, datada de 11 de janeiro de 1887:

“Imediatamente comecei a leitura desse luminoso escrito, escreve ele, com que continua V. Excia. sua grande missão de bispo, não somente do Pará, mas de todo o Brasil; e deixe-me V. Excia dizer; de luzeiro e exemplo dos bispos de toda a

Igreja de Jesus Cristo. É sem dúvida extraordinária esta missão, e por isso mesmo ela exige trabalhos, sofrimentos extraordinários; mas esteja certo V. Excia. de que muitos e muito grandes foram os frutos, produzidos no tempo da luta e de hoje, e eles serão de longa, de perpétua duração. Morreu S. Atanásio em 373, e lá se foram mais de mil anos, mais de mil e quinhentos anos, e suas lutas, suas vitórias ainda nos dão luz e calor; ainda nos guiam e consolam”.

D. Cláudio conclui a carta com esta importante afirmação;

“V. Excia. muito bem conhece cada um dos membros do episcopado brasileiro, e sabe que são todos filhos amantíssimos da Santa Igreja; que, graças a Jesus Cristo, queremos em tudo e por tudo permanecer perfeitamente unidos com Pedro, nossa luz e nossa força, aceitando por isso mesmo todos a mesma caridade, vinculando-nos a Jesus Cristo. Este seu humilde irmão, desde longos anos professa singular veneração e amizade para com a pessoa de V. Excia. desejando grandemente que se estreitem cada vez mais esses laços que tanto nos poderão auxiliar no desempenho do sagrado ministério, no serviço da Igreja e de Deus” (26).

Em 1891 foi o bispo de Goiás transferido para a sede de Porto Alegre, onde o precedera também outro bispo reformador: D. Sebastião Laranjeira, baiano como ele de nascimento. Ao falar da transferência de D. Cláudio para o R. Grande do Sul, o Pe. Rubert salienta a importância do seu governo episcopal nos seguintes termos:

“Começou então uma nova era para a Igreja do Rio Grande. O virtuoso prelado, unindo grande energia a uma acentuada bondade, reorganizou o seminário, regenerou o clero, fundou numerosas freguesias e percorreu em visita pastoral toda a província, reformando abusos e animando as boas iniciativas” (27).

4. D. José Afonso de Moraes Torres, bispo do Pará (1844-1858)

Nascido no Rio de Janeiro, D. José Afonso foi discípulo de D. Viçoso no Seminário de Jacuecanga, em Angra dos Reis. Seguiu depois para o Colégio do Caraça, em Minas Gerais, onde ele e seu irmão Antônio Afonso foram os primeiros brasileiros a professar na Congregação da Missão, a 3 de fevereiro de 1826. O Pe. José Afonso foi professor no Caraça e posteriormente superior do Colégio de Congonhas de 1834 a 1837.

Em 1838 decidiu deixar a Congregação da Missão, e a partir de 1840 trabalhou no Rio como vigário da paróquia de S. Francisco Xavier. Nomeado bispo do Pará, assim se expressa ele a respeito de sua eleição, na primeira carta pastoral datada de 24 de março de 1844:

“Chamados, forçoso era que obedecêssemos à voz daquele que me conforta, e em quem tudo podemos. E, ou fosse que ele quisesse chamar-nos novamente à vida apostólica a que nos tinha destinado na Congregação de S. Vicente de Paulo, e obriga-nos de novo aos trabalhos de nossa primeira vocação, ou que como castigo de nossos crimes, ou quaisquer que fossem os desígnios

Em 1910, com a criação da Província Eclesiástica do Rio Grande, foi ele nomeado primeiro arcebispo de Porto Alegre. Renunciou à diocese em 1912, e foi recolher-se na casa dos Padres Lazaristas do Rio de Janeiro, onde veio a falecer a 27 de maio de 1924.

da Providência, nosso dever era acudirmos a seu c h a m a m e n t o, curvamos os ombros, aceitarmos a cruz, e oferecer-lhe o sacrifício e nossa própria vontade” (28).

Convém lembrar que no Pará a obra de restauração católica começara muito cedo, com o primeiro bispo brasileiro D. Romualdo Coelho, que governou a diocese por vinte anos. Desta forma D. José Afonso encontrava já o terreno preparado para sua atividade pastoral. A esse respeito escreve o historiador Arthur Cezar Reis:

“O sucessor de D. Romualdo, D. José Afonso de Moraes Torres, continuando seu esforço moderador, sua atividade educativa e civilizadora, visitou a hinterlândia, fundou os seminários de Óbidos e Manaus, reforçou a obra missionária, cooperou, pela palavra e pelas instruções que expediu ao clero, com as autoridades civis no empenho de soerguimento geral da Província a que todos estavam dedicados. É que, finda a guerra civil, a Província tratava de reconstruir-se, pois o que padecera e as condições de pobreza a que descera tinham qualquer coisa de espetacular. D. José Afonso, homem

culto, dedicado aos seus misteres, foi assim uma contribuição preciosa para a reconstrução da Amazônia, animando as populações a que levava o seu conforto” (29).

A preocupação principal de D. José Afonso foi a instituição dos seminários. Em sua carta pastoral acima referida escreve:

“Persuadidos da necessidade que tem o clero de ser instruído e de adquirir o hábito das virtudes, será objeto particular de nosso zelo pastoral o nosso seminário episcopal esse asilo sagrado em que se preparam os que se destinam às santas ordens; é aqui onde a mocidade, longe do tumulto do século, medita em silêncio as santas verdades que deve praticar, e adquire, à força do hábito e do exemplo, debaixo da vigilância e direção de hábeis mestres e diretores, a prática das virtudes, e aqueles conhecimentos que a tornará um dia no meio dos povos revestida do caráter sacerdotal, digna de sua estima e veneração. Não ignoramos as vantagens desse pio estabelecimento, tão recomendado pelo Concílio de Trento, onde, como diz S. Carlos Borromeu, se formam bons e corajosos operários, que devem curar das almas que Cristo remiu com seu preciosíssimo sangue, e onde mancebos na flor da idade, perdendo sua natural inclinação aos prazeres, e a suscetibilidade das impressões do século, com a prática das boas obras, adquirem um estado de perfeição própria daqueles que devem ser um dia doutores dos povos; conhecendo nós que é daí que nasce a perfeição e formosura do clero, nosso seminário merecerá toda a nossa atenção, temos não pequena satisfação em

sabermos que este estabelecimento se abra regido por sábios e virtuosos eclesiásticos” (30).

D. José Afonso não conseguiu que os Padres da Missão se fixassem em sua diocese, conforme era o seu desejo (31); aproveitou, porém a presença dos Padres Capuchinhos, enviados pelo governo para a catequese dos índios, utilizando-se como colaboradores em suas visitas pastorais e em missões populares (32).

D. Macedo Costa, que o sucedeu no governo da diocese, reconhece nele um defensor dos direitos da Santa Sé contra a invasão do poder civil. Em carta ao senador Ambrósio Leitão da Cunha, datada de 31 de julho de 1873, D. Macedo cita explicitamente o nome de D. José Afonso entre os que se opuseram ao regalismo do governo:

“Mas se nós somos criminosos, escreve ele, por não reconhecermos em princípio o recurso à coroa e ao placet, criminoso foi ainda... o Sr. D. José Afonso de Moraes Torres, de boa memória, bispo do Pará, meu venerando antecessor” (33).

Tendo resignado ao episcopado em 1858, D. José Afonso passou o restante de sua vida como professor do colégio dos padres Paiva no Rio de Janeiro. Nos últimos meses, encontrou-se com D. Viçoso, em Lambari, para onde fora D. José procurando alívio para sua saúde profundamente combalida.

“Em princípios de setembro de 1865, narra o biógrafo de D. Viçoso, avistava-se o bispo de Mariana com o resignatário do Pará, D. José Afonso de Moraes Torres, seu antigo súdito, quando era Su-

perior da Congregação da Missão. Teve lugar a cena nas águas virtuosas de Lambari, às quais o bispo resignatário viera demandar alívio a mal, que alguns meses depois o levou à sepultura; e foi extremamente tocante pelas antigas relações dos dois prelados, e pelas conjunções em que agora se avistavam. Fazia vinte e um anos que não se viam, que tantos eram corridos desde a sagração de ambos no Rio de Janeiro; e agora vinha o nosso encontrar o seu

colega quase no extremo fio já preparado com o viático da derradeira jornada "(34).

No Catálogo dos Congregados da Província do Brasil, manuscrito elaborado pelo Pe. Sarneel, o nome de D. José Afonso de Moraes Torres consta como n.º 8, lendo-se ao fim de sua ficha biográfica: "Morte: 1865: 62 anos de idade, 41 de vocação, desejando morrer como lazarista" (35).

5. D. Francisco de Cardoso Aires, bispo de Pernambuco (1868-1870)

O nome de Dom Vital foi tão importante na questão religiosa, que os historiadores chegaram a olvidar a atuação de seus dois antecessores, D. Manuel de Medeiros e D. Cardoso Aires, iniciadores do movimento de reforma católica na diocese. Embora dois nomes importantes, ambos tiveram um episcopado demasiado rápido.

O movimento de reforma na diocese de Pernambuco se instala com a nomeação de D. Manuel do Rego Medeiros em 1865. Nascido no Ceará em 1829, ordenado em Olinda em 1852, o Pe. Medeiros foi secretário de D. Macedo Costa desde a eleição deste para bispo do Pará até 1862. Partiu então para a Europa, freqüentando em Paris o seminário de São Sulpício e doutorando-se em Roma em direito civil e canônico.

Tomou posse da diocese em janeiro de 1866, mas não chegou a completar oito meses de governo vindo a falecer no mês de setembro.

Nesse breve período, porém, trouxe para a diocese as Irmãs Dorotéias (36); igualmente fixaram-se em sua diocese três jesuítas, chegados a 17 de fevereiro, os quais iriam para a diocese do Pará, a convite de D. Macedo Costa.

Dom Medeiros utilizou-os na reforma do seminário, cujos novos estatutos, por ele elaborados, foram promulgados a 6 de março de 1866. Após dois anos de sede vacante assumiu o governo o pernambucano D. Francisco de Cardoso Aires, religioso do Instituto da Caridade, fundado na Itália, em 1828, por Antônio Rosmini. Segundo informa Rubert, Cardoso Aires tinha na época 47 anos e era missionário na Irlanda.

Com muita razão Teodoro Hekelman enfatizou recentemente a ação reformadora de D. Francisco de Cardoso Aires. O bispo serviu-se dos jesuítas e dos Padres da Missão que trabalhavam na diocese para incentivar o movimento reformador. A circular por ele endereçada ao cle-

ro a 19 de maio de 1869 é muito expressiva nesse sentido:

“Vós sabeis, escreve o bispo, que nestes primeiros meses do nosso episcopal ministério nos temos ocupado quase exclusivamente na reforma do nosso seminário. . . ao passo que sobre as desordens, ainda mais graves de alguns que, infelizmente desonram a vossa classe veneranda, temos fechado os olhos por assim dizer, até agora; pois que inda não preferimos contra eles uma palavra de ameaça ou severa repreensão; porém, em nosso silêncio, muito temos falado diante de Deus, oferecendo o santo sacrifício da Missa para obter-lhes a conversão tão desejada. A severidade repugna ao nosso coração, que no espírito e frase de S. Paulo, diria com verdade, **optabam anathema esse pro fratribus**, mas não podemos esquecer-nos da tremenda responsabilidade” (37).

Em Pernambuco D. Cardoso Aires foi o primeiro a utilizar a prática do retiro espiritual como instrumento de reforma do clero. A primeira experiência foi feita com os seminaristas no início de 1869. “Dei no princípio deste ano os exercícios espirituais no seminário, o que foi muito bem aceito e está produzindo frutos,” informa ele ao arcebispo da Bahia (38).

Mais polêmica foi a participação do clero. Em carta circular o bispo convocava os sacerdotes para o exercícios espirituais a serem realizados no Convento dos Franciscanos do Recife a partir de 19 de abril de 1869. Distribuiu a circular a todos os vigários de Recife e Olinda, onde impunha a presença de todos.

“Irão aqueles que puderem,” respondeu o cabido ao bispo. Em extensa carta D. Cardoso Aires refuta os possíveis pretextos dos capitulares para justificar sua ausência, e termina com esta declaração explícita de imposição: “finalmente sem julgardes (o que pressumimos tereis feito) que este meio por nós adotado não seja o que se deveria abraçar, pois a esse respeito (com a devida cortesia o diríamos), a nós compete julgar”.

Um clima de mal-estar reinava na expectativa do retiro, havendo mesmo acusações de infiltração de jesuitismo e ultramontanismo na diocese. Quatro dias antes de começar o retiro, D. Cardoso Aires se dirige ao Presidente da Província pedindo colaboração para a manutenção da tranqüilidade pública: “como isso pudesse trazer alguma perturbação da parte de meus decretos, julgo do meu dever pedir a V. Excia. providências necessárias tendentes a prevenir qualquer desagradável e inopinado incidente”.

Na realidade a tensão aumentou de tal modo que, não obstante a presença de um bom número de sacerdotes, não foi possível a realização do retiro espiritual (39). Desses fatos pode-se bem deduzir a dificuldade em levar a termo a tarefa da reforma.

Já no mesmo ano se havia manifestado na província tremenda hostilidade contra os religiosos estrangeiros, exigindo a sua retirada (40). Todavia a ação efetiva de D. Cardoso Aires na diocese limitou-se a um ano apenas: julho de 1868 a setembro de 1869. Em seguida partia para Roma para o Concílio Vaticano I.

Ao falar da atuação dos bispos do Brasil no Concílio, Rubert traça o seguinte perfil do bispo de Pernambuco:

“D. Cardoso Aires, doutor em teologia, que já declinara o bispado do Rio e de Pernambuco, era muito fervoroso, instruído e pronto para o trabalho”.

O bispo de Olinda só assistiu às duas primeiras sessões do concílio, pois a 17 de maio de 1870, o primeiro Presidente do Concílio, na 52ª. Congregação Geral, anunciava: “Reverendíssimos Padres, com dor vos comunicamos que um dos padres conciliares, a saber, o Revmo. D. Francisco Cardoso Aires, bispo de Olinda, no Brasil, sábado último faleceu nesta cidade, cuja alma recomendamos aos piedosos sufrágios dõs Revmos. Padres principalmente no santo sacrifício da missa”.

“O excelente bispo, conclui Rubert, que outrora mais tempo vivera em Roma, e nela vivera dois anos antes, nele encontrou também a suprema paz para sua piedosa alma. Seu passamento foi a 14 de maio” (41).

Coube a D. Macedo Costa, seu amigo pessoal, fazer a oração fú-

nebre na missa de sétimo dia, publicada depois em forma de memória biográfica (42).

“Entre os diversos atos de seu curto episcopado, escreve ele, merece particular menção a salutar reforma do seminário, à qual se aplicou logo desde os primeiros dias com zelo especial, como a objeto que mais deve desafiar a solicitude de um bispo.

“Ao nosso não escapou tão importante verdade, e por isso nada omitiu ele para consumir as reformas começadas no seminário de Olinda, já desenvolvendo a alargando o plano de estudos deste importante estabelecimento, já, sobretudo, animando e afervorando entre os alunos, aquele espírito de desapego e sacrifício; aquele ardentíssimo amor de Deus e do próximo; aquele afeto dedicado à santa Igreja, que são por assim dizer, a parte formal, constitutiva e essencial desses pios asilos tão altamente recomendados ao zelo dos prelados pelo sacrossanto Concílio Tridentino” (43).

Estava, portanto, em andamento a reforma católica, quando ficou vaga a Sé de Olinda, assumida em seguida por D. Vital de Oliveira.

6. D. Vital Maria G. de Oliveira bispo de Pernambuco (1872-1878)

D. Vital tornou-se talvez o nome de bispo mais conhecido do século passado por sua participação ativa na questão religiosa, de que a diocese de Olinda tornou-se o foco principal. Nascido em 1844, em Pedra do Fogo, província de Paraíba (44), fez os estudos de humanidades e fi-

losofia no seminário de Olinda. De lá foi para Paris, a fim de terminar o curso eclesiástico no seminário de S. Sulpício. Todavia, desejoso de abraçar o estado monacal, ingressou no noviciado da Ordem dos Capuchinhos, em Versailles, prosseguindo depois os estudos em Tou-

louse, onde foi ordenado sacerdote em agosto de 1868.

Foi designado, em seguida, para ocupar a cadeira de filosofia no seminário de São Paulo, cuja direção estava confiada aos capuchinhos franceses da Sabóia (45). A 29 de maio de 1871, o ministro do interior João Alfredo Correia de Oliveira, seu parente, lhe enviava aviso de que o Imperador o havia nomeado para bispo de Pernambuco.

D. Vital foi sagrado na catedral de São Paulo a 17 de março de 1872, pelo bispo do Rio de Janeiro D. Pedro de Lacerda. Em seguida foi oferecido um jantar no seminário episcopal.

“O jantar foi findo, noticia um jornal da época, levantando o Exmo. Sr. Bispo D. Pedro de Lacerda, o brinde em honra de S.M. o Imperador, e ao Santo Padre Pio IX. A exposição dos motivos, elevada concepção do espírito de tão eminente prelado, tocou o coração dos assistentes, como bons católicos e fiéis monarquistas. Pode-se dizer que foi um apelo leal à permanência da união íntima entre o Estado e a Igreja. Não se podia concluir melhor uma semelhante festa em aplauso à sagração de um bispo brasileiro” (46).

Na realidade, este sonho de união durou muito pouco, pois o jovem bispo, colocado na alternativa de optar por uma fidelidade única, preferiu à Santa Sé, mesmo rompendo com a obediência ao Imperador, que apoiava as pretensões da maçonaria. É o que se patenteia por sua carta de 27 de fevereiro de 1873, em resposta ao Conselheiro João

Alfredo, ministro do Império, que lhe aconselhava transigir na questão da maçonaria.

“Desde que aqui cheguei, Exmo. Sr., que a maçonaria me ofereceu um dilema terrível: ou aceitar a luta, cumprindo os deveres de bispo católico e passar por imprudente, precipitado e temerário, o que é muito consentâneo com a minha idade, ou então fechar os olhos a tudo, transgredir com a consciência, resignar-se a ser um bispo pusilânime e culpado (isto foi confessado pelos próprios maçons). Eu tinha de admitir inevitavelmente um dos dois princípios, e daí fazer dimanar todo o meu episcopado. Enquanto foi possível, sem culpabilidade perante Deus, declinei de pronunciar-me. Mas afinal, vi-me na dura necessidade de escolher e não hesitei em optar, como era meu dever, pela primeira parte do dilema. Quando mesmo já fosse eu um bispo octogenário, tendo apenas alguns dias de vida, não trairia os deveres de minha missão; quanto mais tendo ainda uma longa peregrinação a fazer”.

E conclui com muita decisão:

“A carta de V. Excia. me deixa entrever, a menos que não tenha compreendido devidamente, que, se eu continuar na resolução tomada, talvez a decisão do governo imperial me seja desfavorável. Muito me custa crer, Exmo. Sr., que o mesmo punho que há pouco tempo assinou o decreto de minha nomeação, lavre agora a sentença de minha desautorização. Todavia, se tal acontecer, rogo encarecidamente a V. Exma., como amigo, lavre antes o meu decreto de prisão e de ostracismo, por-

que o apelo prestado à maçonaria pelo governo imperial, não me fazendo de modo algum ceder, dará infalivelmente ocasião a conflitos lamentáveis. Compreende V. Excia. que esta questão é de vida ou de morte para a Igreja brasileira; cumpre-me antes arcar com os maiores sacrifícios, que afrouxar. Procederei com muita calma, prudência e vagar; porém ceder, ou não ir avante, é impossível. Não vejo meio termo” (47).

Ninguém melhor do que o bispo do Pará, D. Macedo Costa para traçar o perfil do bispo de Olinda.

“Havia em seu olhar, escreve ele, em seu formoso rosto, em todas as suas maneiras não sei que esplendor de pureza que a todos impressionava, e os que lhe conheceram mais pelo íntimo a consciência, declaram unânimes que nunca viram alma mais pura e mais reta.

“Era de gênio vivo e alegre, mas ao mesmo tempo reservado e calmo. Muito frio e perspicaz em conhecer os homens, tratava a todos com lhanza, mas a muitíssimo poucos dava toda a sua confiança. Caráter singular, que reunia dotes mui difíceis de conciliar: jovial e discreto, corajoso e prudentíssimo; casando a urbanidade do cavalheiro com a austeridade do asceta; a ternura e maviosidade do poeta com a precisão e rigor lógico do matemático; brando como a cera, quando era possível condescender; rijo como a rocha, quando era mister resistir.

“O dever era para ele tudo. Ia direto ao dever sem curar do mais. Não podia compreender que se faltasse à lei de Deus por contemplação

para com os homens. Unindo-se de contínuo à eterna justiça a eterna verdade, ganhou aquele espírito uma superioridade, uma elevação tal que pairava sobranceiro, imperturbável em sua serenidade, sobre todas as misérias, sobre todas as fraquezas de que era testemunho ou vítima, considerando tudo isso como jogos de crianças ou combates de formigas. Este foi frei Vital religioso; este será D. Vital bispo” (48).

Em seguida, quase para justificar D. Vital das acusações de orgulho e vaidade de que foi alvo pela maçonaria como pelo barão de Penedo, D. Macedo Costa transcreve a última carta que D. Vital lhe endereçara de Roma, datada de 25 de dezembro de 1877.

“Esta não é, meu Exmo. amigo Sr. Bispo, escreve D. Vital, a primeira mas sim a quarta vez que no espaço de seis anos de meu atribulado episcopado tenho encarecidamente solicitado do Santo Padre, seja verbalmente, seja por escrito, se dignasse aliviar-me da carga demasiado pesada, tremenda, esmagadora que, com tamanho pesar meu, me puseram nos fracos ombros, e me deixem tornar à primitiva obscuridade do claustro, donde me não deveriam ter arrancado nunca.

“Conhecendo melhor do que ninguém minha completa inaptidão para o episcopado, recusei-o formalmente, quando me elegeram para o bispado de Pernambuco. Mas ah! meu caro Sr. bispo, eu era religioso, havia feito voto de obediência. O superior local que era ao mesmo tempo confessor meu, constrangeu-me com o preceito da obediência a

responder afirmativamente ao governo imperial. Nunca o jugo da obediência me foi tão pesado! Curvei a cerviz, mas apelei para o nosso superior geral de ambos. Este, por minha desventura, confirmou a sentença daquele. . . Ainda me não chegara este desengano, e já havia lançado mão de outra tábua de salvação. Recorri também ao Santo Padre, suplicando-lhe tivesse compaixão de meus poucos anos, atendesse à minha inexperiência e total carência dos requisitos necessários ao ministério episcopal, e se dignasse desembaraçar-me do peso enorme com que me acabrunhava a obediência religiosa.”

E a seguir acrescenta:

“Mas, senhor bispo de minha alma, tudo foi de balde. . . Ai! fui preconizado, fui sagrado bispo de Olinda, malgrado meu; fui mandado para Pernambuco, como uma alma para o purgatório: lá tenho estado gemendo e suspirando, dia e noite, pela hora da redenção. Não lograrei sossego, fique V. Excia. certo disto, enquanto não a obtiver. Não cessarei de importunar a Santa Sé, até que me restitua meu pobre hábito, meu caro convento, minha vida obscura de outrora, onde possa eu santificar-me, sem responsabilidade e perigo da salvação. Então sim, estarei no meu elemento” (49).

D. Vital, o grande lutador da Igreja sobre quem tanto já se tem escrito, teve apenas seis anos de episcopado, falecendo na França em 1878 (50).

Conclusão

É necessário que na história da Igreja do Brasil se dê o devido des-

taque a essa colaboração efetiva dos bispos religiosos no movimento de reforma católica do século passado. Seis bispos merecem recordados em modo especial: D. Frei José e D. Viçoso, bispos de Mariana; D. Cardoso Aires e D. Vital, bispos de Olinda; D. José Afonso, do Pará, e D. Cláudio, de Goiás. Existem alguns aspectos comuns que caracterizam a atividade pastoral desses bispos religiosos:

1.º) Formação sob influência européia

Os dois bispos de Mariana, D. Frei José e D. Viçoso, eram portugueses, e receberam na Metrópole sua primeira formação, antes de vir para o Brasil. D. José Afonso e D. Cláudio estudaram com os lazaristas franceses, sendo que D. Cláudio na própria França. Do mesmo modo formaram-se os dois outros bispos, iniciando os estudos em S. Sulpício. D. Vital prosseguiu depois com os capuchinhos na França e D. Cardoso Aires com os rosminianos na Itália. É evidente, pois, que todos eles trouxeram já uma visão européia no modo de analisar a realidade da Igreja do Brasil.

2.º) Colaboração de religiosos estrangeiros

Os principais colaboradores de D. Frei José, em Mariana, são os franciscanos e os lazaristas portugueses; com D. Viçoso entram na diocese os lazaristas e as Filhas da Caridade vindas da França; ao lado de D. José Afonso, no Pará estão os capuchinhos italianos. D. Cláudio traz para Goiás os dominicanos france-

ses. Na diocese de Olinda os dois bispos D. Cardoso Aires e D. Vital recebem o apoio para sua ação pastoral dos jesuítas italianos e dos Padres da Missão franceses. Desse modo, portanto, a visão européia adquirida na primeira formação sacerdotal é reforçada posteriormente na própria ação pastoral.

3.º) Formação do clero sob a orientação dos religiosos

Religiosos de formação, procuram os bispos nos confrades da própria ordem ou em outros religiosos a colaboração efetiva para a direção dos seminários. D. Frei José confia a direção do seminário aos seus confrades franciscanos; D. Viçoso, após ter tentado obter a colaboração dos redentoristas, confia o seminário aos Padres da Missão. Também D. José Afonso tenta obter para o Pará seus confrades lazaristas, para a direção do seminário. D. Cláudio pede a colaboração dos dominicanos para seus seminários em Goiás. E jesuítas e Padres da Missão colaboram no seminário de Olinda, sob D. Cardoso e D. Vital.

4.º) Peso do ofício episcopal

Estes religiosos, que entram no movimento dos bispos reformadores com tanta decisão, consideram não obstante sua missão pastoral como um peso, como um afastamento do ideal de sua vida. Todos eles relutam muito tempo antes de aceitar a missão episcopal, que consideram um verdadeiro ônus. Alguns nutrem mesmo o desejo de renúncia, como D. Frei José, D. Viçoso. D. Cardoso Aires já havia recusado anteriormente o episcopado quando aceitou

a diocese de Pernambuco. Dois deles, D. José Afonso e D. Cláudio, chegaram mesmo a renunciar no fim da vida ao governo de suas dioceses. Não nasceram para bispos, e sim para religiosos, é o que trazem no fundo do coração; é evidente que essa convicção dá um cunho característico à sua atividade pastoral.

5.º) Ação reformadora

Em todos esses bispos existe uma mesma mentalidade de ação pastoral: a necessidade de reformar a vida católica em suas dioceses. Segundo eles, tal reforma deve começar pelo clero. Na medida em que atuam sobre o clero antigo, procuram formar nos seminários uma nova geração de sacerdotes, que afastados das preocupações políticas, se dediquem inteiramente ao trabalho pastoral. Procuram também atuar na restauração católica entre o povo, através das sagradas missões, do catecismo e das visitas pastorais. Essa ação reformadora geralmente se consolida mediante a colaboração dos institutos religiosos.

6.º) Luta pelos direitos da Igreja

A libertação da Igreja com relação aos vínculos do padroado regalista é a condição básica para que o movimento r e f o r m a d o r possa ir adiante. Por isso, embora evitando qualquer atitude de caráter político, à qual se mostram avessos, são contudo firmes na defesa dos direitos eclesiásticos, o que evidentemente cria não poucos atritos com o poder civil, chegando-se em alguns casos a verdadeiras situações de crise. Em D. Viçoso e em D. Vital a luta

pelos direitos da Igreja chega a apresentar rasgos verdadeiramente heróicos.

7.º) Fidelidade à Santa Sé

Na medida em que procuram a liberdade da Igreja contra o padroado, os bispos reformadores colocam-se cada vez mais sob a dependência e orientação da Santa Sé. Deve-se em grande parte à atuação dos bispos religiosos e evolução que se opera no episcopado brasileiro que, libertando-se da influência galicano-regalista, passam a adotar sempre mais uma linha de ortodoxia católico-romana, mediante uma explícita proclamação de adesão ao Papa.

8.º) Autenticidade de consciência

Existe também unanimidade entre os bispos religiosos na fidelidade à

própria consciência. O que se pode perceber através dos documentos da época é que todos eles atuam com muita pureza de intenção. Seu governo na diocese não é "político", mas estritamente religioso. Por essa fidelidade à própria consciência chegam mesmo alguns deles a tomar atitudes bastantes radicais. "Deus e as almas", representa o ideal que os move na ação pastoral.

Poder-se-á sempre discutir a oportunidade de diversos aspectos do movimento de reforma católica do século passado, e indicar mesmo algumas de suas principais limitações. Mas o que nunca se deve perder de vista é que esses homens, filhos do seu tempo, souberam dentro das contingências concretas em que viveram, dar o melhor de sua capacidade e de suas energias para o bem da Igreja do Brasil.

NOTAS

1. AZZI, RIOLANDO, **Os Movimentos de Reforma Católica durante o Século XIX**, em REB, 34(1974), 646-662.

2. AZZI, RIOLANDO, **Os Religiosos e o Movimento de Reforma Católica no Brasil no Século XIX**, em CONVERGÊNCIA, 1975, 301-317.

3. AZZI, RIOLANDO, **Padres da Missão e Movimento Brasileiro de Reforma Católica no Século XIX**, em CONVERGÊNCIA, 1974, dezembro, 1237-1256.

4. AZZI, RIOLANDO, **Os Capuchinhos e o Movimento Brasileiro de Reforma Católica no Século XIX**, em REB 35(1975), 123-139.

5. AZZI, RIOLANDO, **As Filhas da Caridade e o Movimento Brasileiro de Reforma Católica no Século XIX**, em CONVERGÊNCIA, 1975, maio, 232-249.

6. Dom Frei Carlos de São José teve um governo muito rápido e apaga-

do. Dom Frei Luís da Conceição Sarai-va, cujo centenário de morte ocorre neste ano, merece um estudo especial, por sua discutida participação na Questão Religiosa.

7. AZZI, RIOLANDO, **Um Franciscano no Movimento dos Bispos Reformadores**, artigo a ser publicado proxima-mente nesta revista.

8. TRINDADE, RAIMUNDO, Côn., **Arquidiocese de Mariana**, São Paulo, 1928, I, 281.

9. Idem, nota 8, o. c., 282.

10. Idem, nota 8, o. c., 285.

11. Estes diversos aspectos serão abordados amplamente no artigo anunciado na nota 7.

12. Idem, nota 8, o. c., 211.

13. Idem, nota 8, o. c., 813.

14. Idem, nota 8, o. c., 813.

15. Idem, nota 8, o. c., 813.

16. SANTINI, CÂNDIDO, **De Regio Jure Patronatus in Brasilia II**, 19 s.. Estudo inédito citado por JAEGER, LUÍS

- GONZAGA, Pe., **O Clero na Epopéia Farroupilha**, Porto Alegre, 1946, 14.
17. TRINDADE, RAIMUNDO, Côn., **Arquidocese de Mariana**, São Paulo, 1929, II, 945 s.
18. Idem, nota 8, o. c., 393 ss.
19. RUBERT, ARLINDO, Pe., **Os Bispos Brasileiros no Concílio Vaticano I (1869-1870)**, em REB, 29 (1969), 109.
20. BALEM, JOSÉ MARIA, **Dioceses Riograndenses**, em REB 4 (1944), 971-872.
21. AZZI, RIOLANDO, **Os Religiosos e o Movimento de Reforma Católica no Século XIX**, em CONVERGÊNCIA, 1975, junho, 306 ss.
22. SILVA, J. TRINDADE DA FONSECA, Côn., **Lugares e Pessoas**, São Paulo, 1948, 300.
23. Idem, nota 22, o. c., 300.
24. Idem, nota 22, o. c., 302-303.
25. Idem, nota 22, o. c., 306-308.
26. **A Questão Religiosa perante a Santa Sé pelo Bispo do Pará**, Lisboa, 1886. Cartas publicadas no início da obra, sem paginação correspondente.
27. RUBERT, ARLINDO, Pe., **O Clero Baiano no Sul do Brasil**, em REB (16) 1956, 611.
28. **Pastoral**, Rio, 1944, 2.
29. REIS, ARTHUR CEZAR FERREIRA, **A Conquista Espiritual da Amazônia**, São Paulo 1942, 74-75.
30. **Pastoral**, Rio, 1944, 3-9.
31. AZZI, RIOLANDO, **Padres da Missão e Movimento Brasileiro de Reforma Católica no Século XIX**, em CONVERGÊNCIA, 1974, dezembro, 1250-1261.
32. AZZI, RIOLANDO, **Os Capuchinhos e o Movimento Brasileiro de Reforma Católica no Século XIX**, em REB 1975, 133.
33. REIS, ANTÔNIO MANUEL, **O Bispo de Olinda perante a História**, Recife, 1940, I, 97.
34. PIMENTA, SILVÉRIO GOMES, Pe., **Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso**, 3.^a ed., Mariana, 1920, 250-251.
35. Manuscrito do Arquivo Provincial dos Padres da Missão. Rio de Janeiro.
36. AZZI, RIOLANDO, **Os Religiosos e o Movimento de Reforma Católica no Século XIX**, em CONVERGÊNCIA, 1975, junho, 314.
37. VICKELMANN, TEODORO, **Dom Francisco de Cardoso Aires**, Recife, 1970.
38. NOGUEIRA, P. SEVERINO, **Dom Francisco de Cardoso Aires**, Recife, 1970, 17.
39. Idem, nota 38. o. c., 18-20.
40. AZZI, RIOLANDO, **As Filhas da Caridade e o Movimento Brasileiro de Reforma Católica no Século XIX**, em CONVERGÊNCIA, 1975, maio, 244-245.
41. RUBERT, ARLINDO, Pe., **Os Bispos do Brasil no Concílio Vaticano I (1869-1870)**, em REB, 29 (1969) 118-119.
42. "Notícia biográfica do finado bispo de Pernambuco, Dom Francisco de Cardoso Aires, extraída de vários documentos. Roma, 20 de maio de 1870". Está no elenco das obras de Dom Macedo Costa, na biografia escrita por Dom Antônio Lustosa, **Dom Macedo Costa**, Rio, 1939, 545.
43. BARATTA, JOSÉ DO CARMO, Côn., **Escola de Heróis**, Recife, 1926, 86-88.
44. TOBIAS, M. Côn., **Paraibano? Sim, Paraibano**, em A ORDEM, 1944, 424-428.
45. AZZI, RIOLANO, **Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo e o Movimento de Reforma Católica no Século XIX**, em REB, 1975, 919 ss.
46. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 24 de março de 1872.
47. OLIVEIRA, RAMOS, **O Conflito Maçônico-Religioso de 1872**, Petrópolis, 49 ss.
48. **A Questão Religiosa do Brasil perante a Santa Sé pelo Bispo do Pará**, Lisboa, 1886, 101-102.
49. **A Questão Religiosa do Brasil perante a Santa Sé**, 139-140.
50. A ORDEM, Rio de Janeiro, novembro-dezembro de 1944, número dedicado exclusivamente a Dom Vital, inclui uma coletânea bibliográfica de livros e artigos.

LIVROS NOVOS

O ESPÍRITO ESTÁ PRESENTE, Edward Carter, SJ, Tradução do original inglês **The Spirit is Present** de Euclides Carneiro da Silva. Edições Paulinas. Ano 1975. Páginas 192.

A espiritualidade cristã ocupa-se de nossa vida humana total, vivida em Cristo, sob a direção do Espírito Santo. Assim podemos ver imediatamente as significações básicas dos termos espiritualidade e vida espiritual. A vida espiritual é a vida no Espírito.

Percebe-se uma tomada de consciência cada vez mais intensa na Igreja contemporânea a respeito do papel do Espírito na vida do cristão. Por exemplo, fala-se muito na necessidade de discernimento espiritual, na abertura para tudo o que o Espírito solicita. No movimento pentecostal encontramos termos como "batismo no Espírito", "oração no Espírito". Pode acontecer que estejamos vivendo realmente numa idade especial do Espírito. O Cardeal Leo Joseph Suenens afirma que a vida da Igreja na década de 70 será caracterizada por uma ênfase especial dada ao Espírito.

Uma vez que a vida espiritual é a vida de acordo com a orientação do Espírito, o título deste livro se justifica. Os temas que se referem à essência atemporal da vida cristã, são tratados de maneira moderna, contemporânea. São temas de interesse vital para o cristão de nossos dias.

A UNIÃO DAS NAÇÕES, Joseph Ratzinger. Tradução do original alemão **Die Einheit der Nationem** de Frans van de Water. Edições Loyola. Ano 1975. Páginas 88.

As páginas deste livro tratam da união dos povos e da união da própria humanidade, um tema sumamente atual. Vivemos num tempo em que a discussão acerca de uma **Teologia Política** toma dimensões cada vez mais amplas. Neste contexto, certamente não pode faltar uma investigação a respeito do modo revolucionariamente novo, segundo o qual o cristianismo primitivo concebeu a união dos cristãos e, finalmente, a de todos os homens, no panorama histórico-espiritual da **oikumene** grega, que Alexandre Magno entendeu no sentido político e mais tarde da universal **Pax Romana**.

O tema é extremamente vasto. Por isso, o autor restringe suas considerações principalmente a Orígenes e Agostinho, os quais podem ser qualificados de expoentes da discussão entre a gnose e a teologia cristã (proclamação evangélica), que, naquele tempo, se estendia ao mundo todo e que estendeu as suas ramificações até os tempos modernos. Este opúsculo de Ratzinger pode igualmente contribuir para aprofundar a discussão intra-eclesiástica sobre a relação da Igreja com a História, sobre a idéia da revolução cristã e, mais em geral, sobre a essência e a missão da Igreja.

Padre Luís Rulla, SJ

- Diretor do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma.
- Professor da Loyola University, Chicago, EUA.
- Psiquiatra pela McGill University, Montréal, Canadá.
- Laureado em Psicologia Clínica pela University of Chicago.
- Membro da American Psychiatric Association
- Membro da Canadian Psychiatric Association
- Autor de DEPTH PSYCHOLOGY AND VOCATION, resultado de uma pesquisa por ele dirigida entre as Congregações Religiosas nos Estados Unidos, sobre a evolução da motivação vocacional ao sacerdócio e à vida religiosa.
- Assessor e principal Relator da Sessão de Estudos dos Superiores Gerais, em Villa Cavalletti, Roma, promovida pela União dos Superiores Gerais (USG), em novembro de 1975.
- Vem ao Brasil a convite da CRB-Nacional

A FORMAÇÃO NA VIDA RELIGIOSA NOVAS PERSPECTIVAS

Seminário de Estudos

promovido pela CRB-NACIONAL

- Local: Vila Kostka — Itaici C. P. 9
13.330 Indaiatuba — SP
- De 5 de setembro, 17 horas
a 10 de setembro, 19 horas
- Vagas: 120 a 150 o máximo

Peça logo sua inscrição a:
CRB-NACIONAL/RULLA
Rua Dom Gerardo, 40/6.º — ZC-05
— 20.000 — RIO DE JANEIRO — RJ

Dê seu nome e endereço
completo e exato.

Roteiro Básico dos Temas

1. A entrada na vida religiosa: motivações ou convicções? 2. A perseverança e o crescimento na vida religiosa. O que favorece e o que dificulta. 3. Ajudas indiretas ao crescimento vocacional. 4. Efeitos das funções e experiências, apostólicas e não apostólicas. Efeitos das lideranças sobre os indivíduos e os grupos. 5. Enfoque vocacional do problema da sexualidade e da castidade. Alcance e conseqüências sobre a personalidade global.

É INDISPENSÁVEL CAPACITAR-SE FACE AOS DESAFIOS DA REALIDADE HOJE